



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1 Em 08 de julho de 2021, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência, conforme condições
4 estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM/ CERH-MG nº 19/2020,
5 de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros titulares e
6 suplentes: Presidente Eliana Piedade Alves Machado, Supervisora
7 Regional da URFBio Jequitinhonha do Instituto Estadual de Florestas
8 (IEF). Representantes do Poder Público: Wagner Vicente Rodrigues
9 Almeida, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
10 Abastecimento (SEAPA); Janaína Mendes dos Santos, da Secretaria de
11 Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Leonardo Aparecida
12 Soares, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ellen Dayene
13 Cordeiro Souza, da Secretária de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
14 (SEINFRA); Thiago Costa Ferreira, Empresa de Pesquisa e Agropecuária
15 de Minas Gerais (EPAMIG); Dalmo Gonçalves Costa, do Instituto Mineiro
16 de Agropecuária (IMA); 1º Ten. Celso da Conceição Silva Júnior, da
17 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Jairo Rodrigues da
18 Silva, Conselho Regional de Biologia 4ª Região (CRBio-04); Henrique
19 Moreira de Melo Silva, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
20 (MPMG); Carla Fernanda de Araújo, da Prefeitura de Diamantina.
21 Representantes da Sociedade Civil: Felipe Mol Pessoa de Carvalho,
22 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Roberto de
23 Castro Teixeira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
24 Minas Gerais (FAEMG); Flávio José Fernandes Pires, da Federação das
25 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
26 (FEDERAMINAS); Idalmo Geraldo Neves, do Sindicato dos Produtores
27 Rurais de Diamantina; José Nelson Pereira dos Santos, da Cáritas
28 Diocesana de Araçuaí; Felipe Xavier, do Instituto Espinhaço de
29 Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; João Otávio
30 Mariz Barbosa, da Associação Regional de Proteção Ambiental da
31 Comarca de Curvelo (Arpa de Curvelo), Ronaldo Rajão Santiago, da



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

32 Sociedade Mineira de Cultura (SMC / Pontifícia Universidade Católica de
33 MG (SMC / PUCMinas). **1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
34 **BRASILEIRO.** Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Bom, boa tarde
35 a todos. Já confirmamos aqui o quórum regimental, com a participação já
36 de 11 Conselheiros, então com este quórum já declaro instalada a 116ª
37 Reunião Ordinária da URC Jequitinhonha. Para tanto, eu convido a todos a
38 se posicionarem de forma adequada para ouvirmos a execução do Hino
39 Nacional Brasileiro.” **2. ABERTURA PELA SECRETÁRIA EXECUTIVA**
40 **DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL E**
41 **PRESIDENTE DA URC JEQUITINHONHA, VALÉRIA CRISTINA**
42 **REZENDE.** Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Bom, boa tarde
43 novamente a todos, cumprimento a todos que participam conosco em mais
44 uma reunião deste colegiado, Conselheiros, Conselheiras, prazer em revê-
45 los, obrigada pela presença. Cumprimento os colegas da Secretaria
46 Executiva aqui da SUPRAM e do Núcleo de Apoio aos Órgãos Colegiados
47 que estão aqui nos assessorando para que a reunião transcorra conforme
48 o planejado, nos apoiando e assessorando. Nossos cumprimentos também
49 à equipe da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, através da
50 Superintendência de Gestão Ambiental e da Diretoria de Educação
51 Ambiental e Relações Institucionais, que atuam na organização do
52 programa Diálogos com o SISEMA, parabéns pela iniciativa, a gente sabe
53 que o programa tem atingido um grande número de participantes da
54 sociedade, o que também é oportunizado por essa transmissão remota,
55 facilita bastante a participação da sociedade, isso é muito bom para a
56 gente. E claro, os nossos cumprimentos aos internautas que nos
57 acompanham pelo YouTube, através do canal Meio Ambiente de Minas
58 Gerais, nossos cumprimentos não só aos que nos assistem agora ao vivo,
59 mas aos internautas que também posteriormente com certeza farão a
60 conexão para acompanhar principalmente as discussões de um tema tão
61 relevante para nossa região aqui do Jequitinhonha com relação aos
62 impactos das rochas ornamentais, potencial grande aqui nosso do
63 Jequitinhonha. Então, gente, sejam todos muito bem-vindos, agradecemos



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

64 a todos pela presença virtual nessa videoconferência, nessa sala, onde
65 nós discutiremos não só itens deliberativos, mas também, hoje, uma
66 temática ambiental bastante importante como já ressaltamos. Que
67 possamos ter uma ótima reunião, sem maiores problemas técnicos, que é
68 comum também nesse formato, que tudo transcorra conforme o planejado,
69 tá? Então vamos dar sequência aqui na nossa reunião, nós vamos ouvir
70 agora um vídeo, é um vídeo bem curtinho sobre a Ouvidoria Geral do
71 Estado, que é o canal de interlocução do cidadão mineiro com o Governo
72 do Estado, uma instância que recebe denúncias, reclamações, sugestões,
73 críticas ou elogios tanto do cidadão quanto dos servidores, garantindo
74 assim o controle social sobre os serviços públicos estaduais. É um vídeo
75 curtinho, eu vou pedir para o Felipe passar rapidinho para nós, por favor.”
76 [Vídeo institucional]. Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Na
77 sequência, também vamos divulgar o 24º Simpósio Brasileiro de Recursos
78 Hídricos que ocorrerá em Belo Horizonte no mês de novembro. Por favor,
79 Felipe.” [Vídeo institucional]. Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
80 “Obrigada, Felipe.” **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E**
81 **ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Bom,
82 Conselheiros, vamos ao item 3 da nossa pauta, nós temos 30 minutos
83 para este item. Algum Conselheiro tem alguma informação para socializar,
84 algum comunicado para compartilhar conosco?” Conselheiro Wagner
85 Vicente Rodrigues Almeida: “Boa tarde a todos. Eu tenho um comunicado
86 para fazer, é que, na verdade, a SEAPA, com o Governo de Minas,
87 começou um trabalho aqui na nossa região agora, no Alto do
88 Jequitinhonha, de regularização fundiária em alguns municípios. Essa
89 semana e semana que vem nós estamos cadastrando produtores com
90 terras devolutas no município de Presidente Kubistchek, e também aqui
91 em Diamantina. No dia 14 nós teremos uma reunião pública lá em Senador
92 Modestino, para estar lá divulgando lá, vai começar esse trabalho lá
93 também no dia 19, e no dia 15 nós estaremos em Carbonita, onde também
94 terá início esse programa de regularização fundiária dos agricultores
95 familiares possuidores de terras devolutas. Era isso, obrigado.” Presidente



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

96 Eliana Piedade Alves Machado: “Boa notícia, Wagner. Regularização
97 fundiária é um grande problema nosso, aqui no Jequitinhonha. Que bom.
98 Mais algum Conselheiro? Não identifiquei nenhum, vou pedir ao pessoal
99 da assessoria para me ajudar nessa identificação, na visualização caso
100 algum Conselheiro queira se manifestar, ok? Nenhum Conselheiro mais? A
101 gente tem um inscrito para se manifestar na reunião, posso chamar então?
102 Maria Aparecida. Desculpa, gente, é porque a informação é que ela tinha
103 inscrito para todos os itens, mas para o item 3, não.” **4. EXAME DA ATA**
104 **DA 115ª RO DE 11/03/2021** Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
105 “Bom, então vamos dar sequência, item 4. Algum destaque, algum
106 apontamento por algum Conselheiro, a ser ajustado, corrigido na ata?”
107 Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Boa tarde, novamente. Eu
108 queria só dar um destaque em alguns pontos da ata, porque eu não
109 participei, só para eu ter certeza de como que ficou a questão da
110 participação da SEDE na reunião anterior. Seriam em alguns pontos onde
111 a SEDE foi citada.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Só um
112 minutinho, nós vamos pedir a Cecília para projetar a ata, você fala, por
113 favor, qual linha, para a gente visualizar aqui.” Conselheira Janaína
114 Mendes dos Santos: “Eu tenho os números, é só onde eles chamam a
115 SEDE para votar e onde fala que a participação foi 100%, eu tenho o
116 número das linhas aqui, posso falar? 261, 262, 263” Presidente Eliana
117 Piedade Alves Machado: “Pode falar, Janaína, por favor, qual é.”
118 Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “É porque eu não participei
119 dessa reunião, e quem estava participando da reunião foi o Sérgio, que foi
120 o suplente, e foi citado o meu nome aí no 263, só que tinha outra Janaína
121 inscrita para falar esse dia, aí pode ter sido confundido, porque era
122 advogada da parte. Então na verdade eu não estava presente, era o
123 Sérgio. Eu não sei se confundiu por isso ou se ele ainda não tinha
124 conseguido entrar na reunião, porque eu perguntei a ele e ele falou que
125 teve problema técnico mesmo.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
126 “Só um minutinho, Janaína, estamos conferindo aqui com a Cecília.
127 Janaína, a Cecília está confirmando aqui que realmente o Sérgio teve



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

128 problemas, mas que pela gravação foi ele mesmo, ele já estava presente
129 neste momento aqui, então houve um equívoco na hora de colocar o
130 nome, realmente tinha outra Janaína, mas essa confirmação, essa fala foi
131 do Sérgio mesmo, da SEDE. Nas outras linhas também é a mesma
132 questão, é só alterar o nome, ou tem mais algum apontamento, Janaína?”
133 Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Eu queria que olhasse no 311,
134 por favor.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Pera aí, só um
135 minutinho. No 261, 262 e 263 é só substituir Janaína por Sérgio.”
136 Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Isso, na verdade eu citei só
137 porque chama SEDE nas linhas e aparece meu nome. Aí está Janaína
138 antes de SEAPA.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Sim. 311.”
139 Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “É porque consta aí, parece que
140 ele não conseguiu voltar, consta que ele está ausente da votação, a
141 SEDE, é só para eu...” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Isso,
142 confirmamos o fato.” Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Ok, era só
143 para ter certeza que foi isso, porque eu realmente não estava presente,
144 mas ele estava, para ver se estava confundindo as Janaínas no dia.
145 Obrigada, Presidente.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Nós
146 que agradecemos. Mais algum Conselheiro? Alguma consideração a fazer
147 na ata, senhores? Não? Então vamos colocar em votação, planilha, por
148 favor. Para agilizar, pessoal, vamos seguir a lista, cada instituição, por
149 favor, se identifique, o Conselheiro presente se identifica, representando a
150 instituição, e já manifesta o seu voto com relação à ata da reunião
151 realizada no mês de março, 115ª reunião. Então vamos lá, pode começar,
152 Wagner.” Conselheiro Wagner Vicente Rodrigues Almeida: “Favorável. No
153 caso é ser favorável, né?” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Isso.
154 Vamos seguir, Conselheiros? Janaína. Só seguir a lista, vocês estão
155 visualizando?” Conselheira Janaína Mendes dos Santos: “Favorável.”
156 Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Educação? Educação está
157 ausente? Vamos na sequência, SEINFRA. Ausente também?” Conselheiro
158 Thiago Costa Ferreira: “Favorável.” Presidente Eliana Piedade Alves
159 Machado: “IMA? Ausente. PM.” Conselheiro 1º Ten. Celso da Conceição



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

160 Silva Júnior: “Boa tarde. Em que pese, não era eu que estava na outra
161 reunião, era o Sargento Nogueira, mas eu tive acesso à ata da reunião, e
162 se não tiver nenhum problema no regulamento que contrarie isso aí, eu
163 sou favorável à aprovação da ata.” Presidente Eliana Piedade Alves
164 Machado: “Só para esclarecer, Tenente Celso, não tem problema nenhum,
165 o voto é da entidade que participa. CRBio.” Conselheiro Jairo Rodrigues da
166 Silva: “Favorável.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
167 “Favorável. Boa tarde a todos e a todas.” Conselheira Carla Fernanda de
168 Araújo: “Favorável.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “FIEMG.”
169 Conselheiro Felipe Mol Pessoa de Carvalho: “Favorável à aprovação da
170 ata.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “FAEMG? Conselheiro
171 Roberto? Estava presente. Conselheiro Roberto, o senhor está por aí?”
172 Conselheiro Roberto de Castro Teixeira: “Favorável.” Presidente Eliana
173 Piedade Alves Machado: “FEDERAMINAS? Ausente? Sindicato de
174 Diamantina? Instituto Espinhaço? Ah não. José Nelson do Cáritas não
175 entrou ainda não, né? Acho que ele está em uma fila para vacinar, está
176 ausente no momento.” Conselheiro Felipe Xavier: “Boa tarde, Presidente,
177 boa tarde, Conselheiros. Favorável.” Conselheiro João Otávio Mariz
178 Barbosa: “Favorável.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Quem
179 está marcando aí, gente, por favor? Cecília? Instituto Espinhaço favorável.
180 Instituto Espinhaço votou agora favorável. Instituto Federal.” Conselheiro
181 Felipe Mol Pessoa de Carvalho: “Senhora Presidente, a Ellen, que ela é
182 suplente do Marcelo da SEINFRA, por alguma razão ela me ligou aqui, não
183 sei como ela conseguiu meu telefone, falou que ela não está conseguindo
184 acesso, que ao que me parece ela não tem o link, ela pediu que alguém
185 enviasse a ela o link de acesso da reunião, que o Marcelo não vai poder
186 participar pelo que ela me falou e ela está sem o link.” Presidente Eliana
187 Piedade Alves Machado: “Ok, vamos providenciar, Conselheiro, obrigada.
188 Fechou a votação aí? Podia subir um pouco para mim, por favor? É Felipe
189 que está aí? Não estou conseguindo visualizar o total ali embaixo.” Vânia
190 Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Eliana, favor chamar o Dalmo do IMA, por
191 favor.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Ah tá. Dalmo, por



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

192 favor. Dalmo, está presente?” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Se ele
193 estiver com dificuldade de áudio ele pode votar pelo chat, tá? Consta que
194 ele está na sala, Eliana. Ele colocou aí voto favorável, ele votou pelo chat.”
195 Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Ok, obrigada, Dalmo. Não
196 estou conseguindo visualizar todos ao mesmo tempo, me ajudem aí.
197 Fechamos a votação?” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Só um
198 minutinho, Eliana, por favor, agora você vai conseguir visualizar.”
199 Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Pode abaixar mais um pouco
200 para mim, por favor. Não estou conseguindo visualizar as ausências,
201 Vânia. Só o total de votos favoráveis. 12 votos favoráveis, ausência...”
202 Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “8 ausentes.” Presidente Eliana
203 Piedade Alves Machado: “Oito ausentes, então ata aprovada,
204 Conselheiros, com 12 votos favoráveis e 8 ausências, obrigada.” **5.**
205 **APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL: PROGRAMA DIÁLOGOS COM O**
206 **SISEMA. IMPACTOS DA ATIVIDADE MINERÁRIA DE ROCHAS**
207 **ORNAMENTAIS E DE REVESTIMENTO NA DISPOSIÇÃO DE SEUS**
208 **REJEITOS E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS. APRESENTAÇÃO:**
209 **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E**
210 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD) E FUNDAÇÃO**
211 **ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM).** Presidente Eliana Piedade
212 Alves Machado: “Entramos então no item 5 da nossa pauta, que eu tenho
213 o maior prazer em anunciar já pela terceira vez o Diálogos com o SISEMA,
214 conjugado, conciliado com a reunião da URC, o Diálogos traz para a gente
215 o tema Impactos da Atividade Minerária de Rochas Ornamentais e de
216 Revestimento na Disposição de seus Rejeitos e Possíveis Alternativas.
217 Quem vai conduzir este diálogo hoje é o Diretor de Fiscalização da
218 SUPRAM Jequitinhonha, o Victor Hugo, para o qual eu passo a palavra
219 para que ele possa mediar o evento. Fique à vontade, Victor.” Victor Hugo
220 Alves Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Obrigado,
221 Eliana. Bom dia, boa tarde, boa noite a todos. Sejam bem-vindos ao
222 Diálogos com o SISEMA 2021. O tema nosso, como já foi informado, serão
223 os Impactos da Atividade Minerária de Rochas Ornamentais e de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

224 Revestimento na Disposição de seus Rejeitos e Possíveis Alternativas.
225 Primeiramente, serão abordadas a Deliberação Normativa COPAM nº
226 217/2017 e as regras gerais de licenciamento de atividades de lavras de
227 rocha ornamentais e de revestimento. Seus principais impactos, medidas
228 mitigadoras e de monitoramento, solicitados os processos analisados pela
229 SEMAD, com enfoque para a região do Vale do Jequitinhonha, e em
230 seguida serão apontados os principais passivos ambientais diagnosticados
231 pela FEAM quando da confecção do primeiro cadastro de minas
232 paralisadas e abandonadas nos empreendimentos e rochas ornamentais
233 que oneram de forma considerável o processo de manutenção,
234 monitoramento e recuperação ambiental. A ideia do diálogo é mostrar que
235 medidas simples de planejamento e organização de lavra podem favorecer
236 e muito o empreendedor e a qualidade ambiental do empreendimento.
237 Como foi dito, meu nome é Victor, eu sou Diretor de Fiscalização aqui da
238 Supram Jequitinhonha e vou mediar as apresentações. Para tanto,
239 solicitamos a todos que mantenham os microfones desligados. Passo
240 agora a palavra para a Superintendente do Jequitinhonha, a senhora
241 Cristina Vilhena. Obrigado.” Cândida Cristina Barroso de Vilhena,
242 Superintendente Regional de Meio Ambiente, SUPRAM JEQ: “Boa tarde a
243 todos e todas. Para os que não me conhecem, sou Cristina Vilhena, estou
244 superintendente há dois anos e há 23 anos aqui fazendo parte dessa
245 equipe sensacional da SUPRAM Jequitinhonha, equipe muito competente,
246 e é uma satisfação revê-los. Espero que todos estejam bem de saúde,
247 juntamente com seus familiares. Cumprimento a todos que acompanham
248 no YouTube, é muito importante essa participação da sociedade. Agradeço
249 às equipes do SISEMA pela organização do evento. Com muita alegria
250 que apresentamos o Diálogos com o SISEMA, uma temática de extrema
251 relevância para nossa região, já que é expressiva as atividades de
252 mineração de rochas ornamentais e de revestimento na nossa jurisdição, e
253 a importância da disposição adequada dos seus rejeitos. Com certeza terá
254 uma grande contribuição à discussão desses assuntos. Sejam todos bem-
255 vindos, muito obrigada.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

256 Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Muito obrigado, Superintendente Cristina.
257 Passo a palavra agora para o Superintendente de Gestão Ambiental da
258 SEMAD, Diogo Soares de Melo Franco, representando a Superintendência
259 de Gestão Ambiental e a Superintendência de Gestão Ambiental e
260 Saneamento.” Diogo Soares de Melo Franco, Superintendente de Gestão
261 Ambiental, SEMAD: “Boa tarde, Victor, obrigado pela palavra. Cristina,
262 minha colega, Eliana também, Conselheiros e demais membros do
263 SISEMA, da SUGA, da FEAM, IEF, IGAM e também para a sociedade que
264 nos assiste pelo YouTube. O programa, conforme já mencionado pela
265 Cristina, pela Eliana e também pelo Victor ele tem esse objetivo de trazer à
266 tona temas que são relevantes do ponto de vista ambiental, social e
267 econômico para a região. A gente sabe que Minas Gerais tem as suas
268 particularidades regionais, a gente sabe que a população, a sociedade que
269 está lá *in loco* tem essa vivência e conhece os problemas ali em campo e
270 vivenciam os impactos e aspectos ambientais e econômicos dessas
271 atividades, e a gente sabe o quanto é importante a gente discutir isso com
272 quem conhece o assunto, com quem vivencia, com quem lida com isso,
273 mas trazendo também conhecimentos técnicos e centrais para que a gente
274 possa achar as melhores formas de fazer uma gestão adequada desses
275 empreendimentos que estão ali, fazem parte da realidade local, por vezes
276 possuem impactos ambientais que precisam ser bem geridos, e a gente
277 sabe que o equilíbrio é um caminho muito positivo para todos. E destacar
278 também o papel do COPAM, da URC nesse sentido, os Conselheiros
279 lidam do ponto de vista de votações, autos de infração, enfim, eles lidam
280 com essa realidade, como Conselheiros do COPAM não só essa parte,
281 mas também esse suporte na formulação de políticas públicas, um papel
282 importante dos Conselheiros, dar esses subsídios para que a gente possa
283 formular políticas públicas adequadas e que observem a realidade local,
284 porque o segredo está aí, a gente tem que realmente entender como a
285 coisa de fato funciona para a gente propor uma política pública mais
286 adequada. Então, o programa ele também tem esse objetivo, envolver os
287 Conselheiros, que representam as suas instituições, que por vez é voz da



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

288 sociedade em um debate técnico, transparente, produtivo para que daí a
289 gente extrair medidas efetivas para que a SUPRAM e o IEF possam
290 executar, mas também para subsidiar a formulação, evolução,
291 aperfeiçoamento de políticas públicas. Queria agradecer os palestrantes
292 pelo tempo, agradecer a SUPRAM e o IEF pela organização, a SUGA pela
293 condução e desejar a todos uma excelente palestra.” Victor Hugo Alves
294 Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Muito obrigado,
295 Superintendente Diogo. Convidamos agora a Diretora de Educação
296 Ambiental e Relações Institucionais, Ana Cristina da Silveira, para abertura
297 e apresentação institucional sobre o programa Diálogos com o SISEMA,
298 Bernardo, por favor, inserir a apresentação.” Ana Cristina da Silveira,
299 Diretora de Educação Ambiental e Relações Institucionais, SEMAD:
300 “Obrigada, Victor. Boa tarde a todos, boa tarde, Eliana, Presidente, boa
301 tarde a todos os Conselheiros, a todos que nos assistem, boa tarde
302 Cristina Vilhena, nossa superintendente, obrigada pela oportunidade.
303 Como já foi apresentado pelo nosso superintendente Diogo é muito
304 importante o Diálogos com o SISEMA justamente para proporcionar essa
305 troca de experiências e debates em temas relevantes regionalmente. Vou
306 fazer uma breve apresentação da Diretoria de Educação Ambiental e
307 Relações Institucionais, que é responsável pela realização desse
308 programa, mas assim, já agradecendo também todo o apoio da Secretaria
309 Executiva da SEMAD, especialmente da Vânia Sarmiento e toda sua
310 equipe que tanto nos apoia na realização, operacionalização desse
311 programa. A Diretoria de Educação Ambiental, depois da estruturação, do
312 Decreto de 2019, da estruturação da SEMAD, ela está localizada, alocada
313 na Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento Básico. Essa
314 subsecretaria possui duas superintendências: a SUGA, que é a
315 Superintendência de Gestão Ambiental, e a Superintendência de
316 Saneamento Básico, a SUSAB. A Superintendência de Gestão Ambiental
317 tem três diretorias: a Diretoria de Educação Ambiental, a DGTA, depois eu
318 olho o nome direito, e a DPAI, que é instrumentos econômicos.” Diogo
319 Soares de Melo Franco, Superintendente de Gestão Ambiental, SEMAD:



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

320 “Gestão Territorial Ambiental.” Ana Cristina da Silveira, Diretora de
321 Educação Ambiental e Relações Institucionais, SEMAD: “Obrigada, Diogo.
322 Ricardo vai brigar comigo. Diretoria de Gestão Territorial Ambiental ela tem
323 vários projetos muito importantes, e o de maior visibilidade é toda a
324 condução da IDE-SISEMA, além de estudos territoriais, avaliação
325 ambiental preliminar e várias capacitações em geotecnologias. A Diretoria
326 de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos, a nossa diretora
327 Fabiana Moreira é responsável pela gestão do selo SEMAD Recomenda,
328 pela gestão do ICMS ecológico, captação de recursos e todas as ações de
329 apoio a projetos ambientais e elaboração de projetos ambientais. A outra
330 diretoria compondo a Superintendência de Gestão Ambiental é a Diretoria
331 de Educação Ambiental e Relações Institucionais, que tem entre as suas
332 competências: articular e promover a gestão transversal e a inserção da
333 variável ambiental na elaboração e execução de políticas públicas;
334 implementar essas políticas públicas de educação ambiental, sempre em
335 parceria com o poder público, setor produtivo e sociedade civil, e incentivar
336 e valorizar as boas práticas e iniciativas ambientais, estimulando o
337 intercâmbio de experiências. Dentro desse último item, eu vou citar
338 algumas ações da diretoria. Bem, alguns de vocês já conhecem o
339 Programa AmbientAção, que está alocado nessa diretoria. É um programa
340 que foi lançado em 2003, originalmente na FEAM, mas agora está lá na
341 SEMAD, na Diretoria de Educação Ambiental, e ele tem duas linhas de
342 ação: consumo consciente e gestão de resíduos. Agora, a partir do ano
343 passado, o programa foi totalmente reformulado, nós estamos agora com o
344 programa piloto, atendendo já essa nova metodologia, certificando as
345 instituições parceiras em sustentabilidade com maior autonomia para as
346 comissões setoriais, utilizando todo um sistema de gestão, e agora nosso
347 projeto piloto que foi lançado exatamente há um mês atrás, na semana de
348 meio ambiente, contamos com 10 instituições parceiras e também com
349 quatro municípios. Inédito, esses quatro municípios estão abrindo também
350 essa outra vertente do programa AmbientAção. Então, esse ano estamos
351 verificando essa nova metodologia com esse projeto piloto, e a partir do



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

352 ano que vem a gente já vai ampliar para mais instituições e provavelmente
353 também com outros municípios. Outra ação também dessa diretoria é a
354 gestão do Prêmio Natureza Gerais. O Prêmio Natureza Gerais foi instituído
355 por uma Deliberação Normativa do COPAM e ele visa valorizar,
356 reconhecer e divulgar ações e projetos que contribuam para a preservação
357 e melhoria da qualidade ambiental no Estado de Minas Gerais. Ele foi
358 lançado na última reunião, em junho, na reunião do COPAM e a premiação
359 é em novembro. Do dia 1º ao dia 30 de setembro os membros do COPAM
360 indicam, são quatro categorias: ações do poder público, ações do setor
361 produtivo, ações de órgãos e entidades ambientalistas da sociedade civil e
362 também um prêmio para pessoa física, cidadãos com relevantes atuações
363 e trabalhos para o meio ambiente. Então, do dia 1º ao dia 30 de setembro
364 os Conselheiros do COPAM, do plenário do COPAM indicam e depois
365 após a análise da comissão técnica no mês de outubro os vencedores são
366 divulgados na última reunião do COPAM, provavelmente no início de
367 dezembro. Outro prêmio que também tem a gestão sob responsabilidade
368 da diretoria é o Prêmio de Boas Práticas Ambientais. Ele foi instituído por
369 uma Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM, em 2018, e também
370 visa reconhecer, incentivar e divulgar boas práticas. Esse ano o tema foi:
371 Saneamento Além do Básico, tem quatro categorias também, já estão na
372 fase de avaliação das propostas, e também no final do ano a gente faz
373 essa premiação e divulgação. E o Programa Diálogos com o SISEMA, que
374 é resultante, foi instituído por uma Resolução SEMAD de 2017 e consta de
375 reuniões periódicas abertas ao público com palestras e debates de temas
376 ambientais de interesse comum. E todas as informações sobre os
377 Diálogos, são nove edições por ano, todas as informações ficam na página
378 da SEMAD e, inclusive, todas as palestras serão disponibilizadas depois,
379 além de ficar gravado no canal do Meio Ambiente Minas Gerais no
380 YouTube. Então a finalidade do programa é: abrir espaço para debate
381 sobre temas relevantes; ampliar o âmbito de discussão sobre a temática e
382 garantir principalmente a democratização das informações e a participação
383 da sociedade em geral. Como eu falei, são nove edições, nós estamos na



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

384 quinta edição, impactos da atividade minerária. Esses temas foram
385 selecionados e definidos após uma ampla consulta aos membros do
386 COPAM, das URCs, alguns de vocês devem ter respondido um formulário,
387 os superintendentes também fazem indicações, e depois foi para definição.
388 Os três temas mais votados, com maior relevância, foram definidos depois
389 pelos dirigentes do SISEMA, e esse daí foi um dos mais votados, de longe,
390 entre os três, e provavelmente, certamente é um tema de bastante
391 relevância, como a Presidente Eliana já citou, para a região do
392 Jequitinhonha. O próximo, já convido a todos, é lá no Triângulo Mineiro,
393 que vai ser no dia 13 de agosto. Bem, acho que até já acabou, só queria
394 deixar a informação, um dos projetos estratégicos da nossa
395 Superintendência de Gestão Ambiental que está sendo conduzido pela
396 Diretoria de Educação Ambiental, mas com apoio das outras duas
397 diretorias, é o diagnóstico, levantamento de todos os programas de
398 educação ambiental do Estado de Minas Gerais. Então no mês passado
399 também durante a semana de meio ambiente nós lançamos na plataforma
400 IDE-SISEMA a camada de educação ambiental. Agora, inicialmente com
401 60 instituições, sendo da sociedade civil e algumas indústrias também, do
402 setor produtivo, mas o objetivo é levantar de todos os segmentos as ações
403 de educação ambiental para que a gente possa visualizar espacialmente, e
404 como o Diogo falou, propor políticas públicas mais assertivas também com
405 o tema da educação ambiental. Eu acredito que aqui desta regional o
406 Instituto Espinhaço já esteja lá na plataforma IDE-SISEMA, mas não é um
407 trabalho estanque, ele vai ser um trabalho permanente, a gente vai
408 alimentando esse banco de dados, e a partir dessa alimentação desse
409 banco de dados a gente vai instituir diretrizes para as ações de educação
410 ambiental, provavelmente pelas regiões do estado. Então é isso, Victor,
411 agradeço a oportunidade, volto a palavra para você, muito obrigado,
412 desejo à Ana Carolina e ao Roberto uma ótima palestra e já agradeço a
413 todos vocês. Boa tarde.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de
414 Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Muito obrigado, diretora Ana Cristina. Como
415 ela bem adiantou, agora partiremos para as palestras. Informamos ainda



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

416 que durante as apresentações poderão ser encaminhadas perguntas às
417 quais iremos selecionar para responder no final. Poderão ser feitas
418 diretamente no chat, que se encontra na barra lateral da página, para
419 aqueles que estão assistindo pelo YouTube, ou os participantes aqui da
420 sala Zoom diretamente no chat da sala. Passaremos agora a apresentação
421 para nossa primeira palestrante, Ana Carolina Andrino de Melo. Ana
422 Carolina é geógrafa, com Mestrado em Geografia e organização do
423 espaço pela Universidade Federal de Minas Gerais, servidora da
424 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
425 desde 2014, atuando como Gestora Ambiental na Diretoria de Apoio
426 Técnico e Normativa, a DATEN, que tem como principais atribuições
427 elaborar diretrizes para o alinhamento dos aspectos técnicos e normativos,
428 em relação aos processos de regularização ambiental no estado, bem
429 como analisar e propor normas ambientais. Com a palavra, Ana Carolina.”
430 Ana Carolina Andrino de Melo, DATEN/SURAM: “Boa tarde a todos, queria
431 só confirmar se meu áudio está bom. Joia? Obrigada. Agradeço ao Victor,
432 agradeço à Ana, Diogo, Presidente também, Eliana. Como o Victor já
433 falou, eu trabalho na Diretoria de Apoio Técnico e Normativo. É uma
434 diretoria que busca padronizar procedimentos entre as SUPRAMs,
435 orientar. E a intenção aqui dessa palestra, que precede a do Roberto, é
436 dar uma base sobre licenciamento, dado o público diverso do Diálogos
437 com o SISEMA, eu vou entrar um pouquinho na legislação geral, na DN
438 COPAM 217, falar como que é licenciada a atividade de lavra de rochas
439 ornamentais de revestimento, e ao final trazer um pouquinho dos principais
440 impactos que a gente observa nessas atividades, principalmente na
441 regional de Jequitinhonha, onde predomina a extração de granito, e as
442 medidas mitigadoras que são solicitadas nos pareceres de licenciamento
443 da SUPRAM Jequitinhonha para essa atividade. Agradeço a oportunidade,
444 podemos prosseguir. A gente sempre começa com o conceito de
445 licenciamento, é muito importante ver o que está e não está nesse
446 conceito. Então é um procedimento administrativo pelo qual o órgão
447 responsável vai licenciar tanto a localização, vai ver a viabilidade



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

448 locacional de um empreendimento, como a instalação, sua ampliação,
449 caso ele se amplie, e sua operação. De quais empreendimentos? Aqueles
450 que são utilizadores de recursos ambientais considerados efetivos ou
451 potencialmente poluidores ou capazes de qualquer forma de causar
452 degradação ambiental. E esse procedimento é baseado tanto em leis
453 quanto em outras normas regulamentares quanto em normas técnicas.
454 Existe sempre um senso crítico e técnico do analista sempre, mas é
455 sempre baseado em normas, em instruções dadas pelo órgão, então
456 existe um aparato bem grande atrás de cada parecer de licenciamento que
457 nós como servidores temos que seguir. E o licenciamento ele não exclui a
458 necessidade de outras licenças, outros atos autorizativos, que às vezes
459 precisam acompanhar aquela licença ambiental para o empreendimento
460 poder se instalar ou operar. São vários atos autorizativos que a gente
461 poderia citar, eu cito aqui os principais, que é por exemplo: quando vai
462 precisar suprimir vegetação precisa de autorização de intervenção
463 ambiental. Quando vai precisar usar recursos hídricos ou fazer alguma
464 intervenção em recursos hídricos, precisa da outorga ou da certidão de
465 uso insignificante. Caso haja, por exemplo, intervenção em patrimônio
466 cultural, alguma intervenção em alguma comunidade tradicional, protegida,
467 entram os órgãos intervenientes do licenciamento, órgãos que protegem
468 esses outros bens. Sempre no licenciamento é solicitada uma certidão de
469 conformidade, que aquele empreendimento pelo município, se ele está no
470 local adequado de acordo com o zoneamento municipal, e por aí vai. Tem
471 também a autorização e ciência de órgãos gestores de unidades de
472 conservação quando é o caso de proximidade com a unidade de
473 conservação, e na mineração é sempre necessária a obtenção de título
474 minerário, porque o minério é um bem da União, e a Agência Nacional de
475 Mineração é o órgão que vai conceder esse direito minerário para que ele
476 seja explorado. Todas essas autorizações e licenças têm que ser obtidas
477 também pelo empreendedor, além da licença ambiental, conforme o caso.
478 Aqui a gente traz só um organograma do SISEMA para a gente ver onde
479 está o licenciamento dentro de toda a estrutura da SEMAD e do SISEMA.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

480 Aí com destaque da SEMAD, a gente tem o secretário. São quatro
481 subsecretarias. A Subsecretaria de Regularização Ambiental é onde vai
482 estar a maior parte das atividades relacionadas ao licenciamento. E ali nós
483 temos as SUPRAMs que são ligadas diretamente ao secretário, onde vão
484 ser analisados os processos e emitidas as licenças e tem também a
485 SUPPRI, que é a Superintendência de Projetos Prioritários onde vão ser
486 analisados licenciamentos considerados prioritários. E fica circulado
487 também o COPAM, que é o órgão que vai autorizar, emitir, decidir sobre as
488 licenças, principalmente de maior porte e potencial poluidor,
489 empreendimentos maiores. Depois eu vou detalhar. Aqui só a legislação
490 guarda-chuva do licenciamento, da regularização ambiental. A gente tem a
491 Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos
492 Hídricos e o Código Florestal, e em Minas Gerais essas legislações
493 nacionais são espelhadas pela Lei 21.972, que vai trazer a estrutura do
494 SISEMA. A Lei 13.199, que é a Política Estadual de Recursos Hídricos, e o
495 Código Florestal Mineiro, que é a Lei 20.922. Essa é a legislação base
496 para regularização ambiental dos empreendimentos em Minas. Só mais
497 algumas normas que são também relevantes, a Lei Complementar 140,
498 que vai falar quando que o licenciamento é de competência estadual,
499 quando é da União, quando é municipal. As resoluções CONAMA que são
500 muito importantes também. O Decreto Estadual 47.383, as DNs do
501 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Decreto de Intervenções
502 Ambientais e o Decreto 47.705 e a Portaria IGAM 48 sobre as outorgas, e
503 claro, a DN 217, que vai dizer para a gente quais são as atividades
504 passíveis de licenciamento no estado e como deve ser feito esse
505 licenciamento, que é onde vou focar mais, na DN 217. O licenciamento ele
506 está estruturado em fases, essa é a forma convencional de se licenciar
507 que é trazida desde a Resolução CONAMA 237. A gente tem a Licença
508 Prévia, na qual vai ser analisada a viabilidade daquele empreendimento,
509 onde ele está, forma como está sendo proposto o projeto, e aí podem ser
510 explicitados diversos estudos a depender da complexidade daquele
511 licenciamento. Pode ser um Relatório Ambiental Simplificado, pode ser um



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

512 Relatório de Controle Ambiental, RCA, ou pode ser um EIA/RIMA. Todos
513 esses estudos têm a finalidade de descrever o empreendimento e dizer
514 quais as medidas que o empreendedor pretende adotar para diminuir
515 aqueles impactos, compensá-los, mitigá-los, controlá-los. Na Licença de
516 Instalação, para emitir a Licença de Instalação, a gente verifica já o projeto
517 mais consolidado daquele empreendimento, então ele vai já trazer essas
518 medidas que ele propõe na forma de um plano, que é principalmente plano
519 de controle ambiental, vai dizer se ele vai precisar instalar um sistema de
520 tratamento de afluentes, medidas de contenção de erosão, o que ele vai
521 com os resíduos, o que ele vai fazer com as emissões atmosféricas, e aí a
522 gente dá a licença se a gente entender que aquele projeto está de acordo
523 com os impactos previstos para o empreendimento. Depois de já
524 implantado, é dada a Licença de Operação caso aquelas medidas de
525 controle, aquelas estruturas tenham sido implantadas da forma correta. A
526 gente analisa isso na forma de condicionantes da LI, a gente deu a LI com
527 condicionantes para que ele possa operar posteriormente. Após a
528 operação, ele tem que comprovar ao órgão ambiental o seu desempenho
529 ambiental durante a operação para poder renovar aquela Licença de
530 Operação. O principal estudo vai ser o RADA, que é o Relatório de
531 Desempenho Ambiental. Só que o licenciamento ambiental, desde a Lei
532 21.972/2016 é feito de forma diferente dependendo do impacto previsto
533 para o empreendimento, então empreendimentos em que se prevê o
534 impacto menor são licenciados de forma mais simplificada do que outros
535 cuja previsão de impacto seja mais relevante. Então, nós temos três
536 modalidades de licenciamento desde a Lei 21.972, que é o Licenciamento
537 Ambiental Trifásico, onde são emitidas três licenças separadamente,
538 primeiro a LP, depois a LI e depois a LO, como eu descrevi. Temos
539 também o Licenciamento Ambiental Concomitante, em que as licenças
540 podem ser emitidas conjuntamente, então você pode ter o LAC 1, em que
541 tanto LP, LI e LO são emitidas em uma única fase, mas de toda forma tem
542 que ser comprovadas as condicionantes de cada etapa para que o
543 empreendedor possa efetivamente começar a implantação ou a operação.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

544 E tem também o LAC 2 em que são dadas duas licenças, conjugando uma
545 ou duas fases em uma única licença. Então pode ser a LP primeiramente e
546 depois a LI e LO conjuntas, ou a LP e LI conjuntas e LO separadamente. E
547 temos as modalidades de Licenciamento Ambiental Simplificado. O LAS
548 Cadastro, que são para os empreendimentos de menor impacto, que é
549 uma modalidade de licenciamento autodeclaratória, o empreendedor
550 apresenta alguns documentos, faz a sua caracterização e o licenciamento
551 é emitido eletronicamente para que depois seja feita a devida fiscalização
552 daquele empreendimento e verificar se aquelas informações foram
553 informadas corretamente pelo empreendedor. E o LAS/RAS, que é o
554 Licenciamento Simplificado com apresentação de Relatório Ambiental
555 Simplificado, que é um estudo mais simplificado, mas ele é analisado,
556 pode ter outros estudos complementares e todos os dois tipos de
557 Licenciamento Ambiental Simplificados são em fase única, então ele já
558 contempla dentro de uma única licença LP, LI e LO, depois eu vou entrar
559 com um pouco mais de detalhe em cada modalidade. Como eu falei com
560 vocês, a DN 217 estabelece quais atividades são passíveis de
561 licenciamento, e o que a gente olha para caracterizar essas atividades, ou
562 seja, qual seu potencial poluidor pela natureza da atividade mesmo, e qual
563 o porte, as faixas de porte, dependendo dos parâmetros que são dados
564 para cada atividade, e nesse sentido elas são classificadas em classes de
565 1 a 6. Para cada atividade passível de licenciamento existe um código
566 específico que vão estar no anexo da DN nessas sete listagens, e a
567 listagem A é de atividades minerárias, que a gente está tratando hoje.
568 Como a gente faz essa classificação? Eu trouxe aqui dois exemplos, cada
569 atividade vai ter um código e uma ficha. A atividade de lavra a céu aberto
570 de rochas ornamentais e de revestimento é esse código, A-02-06-2. Foi
571 considerado pelo COPAM que seu potencial poluidor degradador é médio,
572 e o porte dessa atividade é dado de acordo com a produção bruta, a
573 quantidade de minério que é extraída da jazida por ano, em metros
574 cúbicos. A gente tem que o porte pequeno é menor que 6 mil m³ por ano, o
575 médio é de 6 mil a 9 mil, e o grande é acima de 9 mil. A gente vê que não



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

576 existe nenhuma lavra de rochas ornamentais e de revestimento que seja
577 dispensada de licenciamento, porque o porte pequeno vai de 0 a 6 mil,
578 então qualquer atividade (áudio ruim) é de rejeito externo e rochas
579 ornamentais e de revestimento, que também abarca pegmatitos, gemas e
580 minerais não metálicos. Ela também tem potencial poluidor médio e o porte
581 dela não é dado em produção, é dado em área. E aí tem a faixa de porte
582 em hectares. Como a gente conjuga o porte e potencial poluidor? É de
583 acordo com esse quadro que estou mostrando para vocês. A gente
584 conjuga o porte pequeno, médio ou grande com potencial poluidor e dão
585 as classes de 1 a 6 que cada empreendimento vai ter. Como vocês podem
586 ver, as atividades de potencial poluidor médio, como é o caso da lavra de
587 rochas ornamentais, ela pode ser classe 2, 3 ou 4, dependendo do porte. E
588 voltando no exemplo que eu dei para vocês, vamos supor que eu tenho
589 uma atividade de lavra de rochas ornamentais, na verdade está errado, é
590 produção bruta, com produção bruta de 10 mil m³ por ano. Eu vou ter uma
591 atividade de porte grande, e conjugando potencial médio com porte grande
592 vou ter uma atividade de classe 4. Só que além do potencial poluidor e do
593 porte, a DN 217 trouxe a questão locacional, então a relevância, a
594 sensibilidade do território onde a atividade vai ser instalada também agora
595 entra como critério para a gente definir a complexidade daquele
596 licenciamento, a sua modalidade. Então, a DN traz diversos critérios
597 locacionais e atribui pesos, 1 ou 2, para cada um deles, e a gente tem que
598 considerar isso no licenciamento. Os Conselheiros com certeza conhecem,
599 estou mostrando também para o público em geral, esses são os critérios
600 locacionais de enquadramento considerados na DN. Para citar alguns,
601 supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas é um critério
602 locacional. Se ela estiver em área de proteção biológica extrema ou
603 especial o peso dela é 2, se não estiver o peso é 1. Localização em áreas
604 de alto ou muito alto grau de potencialidade de cavidades é outro critério
605 locacional peso 1. Eu não vou citar todos, mas esses dois são exemplos
606 de critérios que incidem muito em atividades minerárias, tanto o impacto
607 em cavernas quanto a supressão de vegetação, são muito comuns. Só



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

608 para citar também, além dos critérios locacionais, a DN também traz
609 fatores de restrição ou vedação, que são componentes ambientais que a
610 legislação traz como vedações para implantação de alguns tipos de
611 empreendimentos. Área de Preservação Permanente de cursos d'água, de
612 nascentes, não é toda atividade que pode intervir. A mineração, por ser
613 utilidade pública, em vários casos ela pode, e aí estão alguns outros
614 exemplos, só para mencionar mesmo que a DN também traz esses
615 fatores. São diferentes dos critérios locacionais, eles não atribuem peso ao
616 licenciamento, mas são regras previstas em normas específicas que tem
617 que ser observadas quando a gente vai licenciar um empreendimento. A
618 gente verifica a incidência dos critérios locacionais e dos fatores de
619 restrição na IDE-SISEMA, que já foi mencionada aqui algumas vezes, que
620 é a plataforma que possibilitou com que a DN 217 trouxesse esses
621 critérios locacionais. Sem essa plataforma georreferenciada com todas
622 essas bases, que hoje já são mais de 500 camadas, não seria possível. Só
623 para trazer a interface da IDE para quem não conhece, o empreendedor
624 vai nessa opção de ferramenta de desenho, faz o upload ou joga as
625 coordenadas do seu empreendimento e aí ele vai acionando as camadas,
626 os fatores de restrição e critérios locacionais para verificar a incidência
627 desses critérios na área proposta para o empreendimento dele.
628 Dependendo, é só um exemplo, esse polígono vermelho seria o
629 empreendimento, no caso dos critérios que a gente mencionou, não incidiu
630 em nenhum critério na área dele. Incidindo os critérios, além do peso para
631 o licenciamento, são também solicitados estudos específicos, então
632 também nos sites da SEMAD estão os termos de referência dos estudos
633 específicos para cada tipo de critério locacional, que independente da
634 modalidade o empreendedor tem que apresentar, além do EIA/RIMA, do
635 RCA ou do RAS, tem que apresentar esses estudos específicos também
636 para o licenciamento. Para finalizar o enquadramento do empreendimento,
637 a DN 217 traz essa matriz de enquadramento, e vocês veem que à medida
638 que vai caminhando para a direita e para baixo a gente aumenta a
639 complexidade da modalidade de licenciamento do LAS/Cadastro até o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

640 LAT, que é o Licenciamento Trifásico, a depender da classe e do critério
641 locacional. Voltando para aquele exemplo que eu dei, era um
642 empreendimento classe 4, supondo que ele tenha um critério locacional de
643 peso 1, por exemplo, supressão de vegetação nativa, ele vai conjugar ali
644 classe 4 com critério locacional 1 e vai cair em LAC 2, que é o
645 licenciamento em duas etapas. Esse já falei, sobre como é o
646 Licenciamento Ambiental Simplificado, ele tem duas modalidades, de
647 cadastro e a modalidade acompanhada de Relatório Ambiental
648 Simplificado. Agora, para mineração, a DN traz um rol muito enxuto de
649 atividades que podem ser licenciadas por LAS/Cadastro. Então mesmo
650 que elas caiam ali na matriz em LAS/Cadastro, somente cinco atividades
651 da DN podem...” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de
652 Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Um momento. Senhor Roberto da FAEMG, o
653 senhor poderia desligar o microfone? Obrigado.” Ana Carolina Andrino de
654 Melo, DATEN/SURAM: “Obrigada. Somente essas atividades, extração de
655 areia e cascalho; extração de argila para cerâmica vermelha; extração de
656 água mineral e prospecção de gás natural podem ser licenciadas
657 eletronicamente por cadastro. Tanto a lavra de rochas ornamentais quanto
658 a pilha de rejeito estéril elas têm que ser licenciadas no mínimo por
659 LAS/RAS, então sempre vai ter um estudo associado ao licenciamento.
660 Trouxe para vocês também, acho que como o tempo é enxuto não vou
661 poder detalhar muito, mas como eu disse para vocês, o LAS/RAS é um
662 licenciamento em fase única, ele tem que apresentar um Relatório
663 Ambiental Simplificado com ART ou outros documentos congêneres,
664 dependendo do conselho de classe. O pagamento da taxa de análise, a
665 análise é feita na SUPRAM, que pode pedir informações complementares,
666 vai emitir um parecer com condicionantes, e a decisão, como se trata de
667 licenciamento classe 1, 2, 3, é na própria SUPRAM. E depois da licença é
668 feito todo um acompanhamento mediante fiscalização das condicionantes
669 da licença, e a validade do LAS/RAS é de 10 anos. O Licenciamento
670 Simplificado tem uma especificidade, que é: quando é necessária uma
671 atualização para intervenção ambiental ou para uso de recursos hídricos,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

672 ela tem que ser obtida anteriormente ao requerimento da licença, então já
673 tem que entrar para formalização de licenciamento com outorga ou
674 autorização para intervenção ambiental emitidas. O fluxo do Licenciamento
675 Ambiental Trifásico ou Concomitante, que é similar, também formaliza
676 mediante todos os documentos e estudos necessários. A análise
677 necessariamente tem uma vistoria, diferentemente, o que é diferente do
678 LAS/RAS. A decisão pode ser na própria SUPRAM, SUPPRI ou no
679 COPAM, dependendo da classe, e também é feito acompanhamento após
680 a licença. Aqui só para mencionar que a gente tem também a figura do
681 licenciamento corretivo, quando a atividade se instala ou mesmo já inicia a
682 operação sem o devido licenciamento. É feito o licenciamento corretivo
683 sem prejuízo de infrações e sanções cabíveis, e da mesma forma o
684 licenciamento corretivo segue o mesmo fluxo que apresentei aqui, tem o
685 enquadramento, a análise e a decisão, como já mencionado. E a validade,
686 quanto que vale, por quanto tempo você pode se valer daquela licença
687 para exercer a sua atividade. A LP tem validade de 5 anos; LI de 6; LP
688 concomitante com a LI, 6 anos, e a Licença de Operação 10 anos, da
689 mesma forma que as licenças simplificadas, tanto LAS/RAS quanto o
690 LAS/Cadastro. E como falei para vocês, quem julga a licença ao final varia
691 dependendo da classe do empreendimento, então o COPAM por meio das
692 suas Câmaras Técnicas decide processos de classe 5 e 6, e processo
693 classe 4 quando de porte G. As SUPRAMs vão decidir processos de
694 classe 1 a 4, e recursos contra as licenças, contra essas decisões, são
695 analisados pelas URCs quando se tratar de processos analisados pelo
696 COPAM ou pela CRN quando se tratar de licenças analisadas pelas
697 Câmaras Técnicas. Quando se fala de mineração a gente também tem que
698 trazer a questão do licenciamento da pesquisa mineral, que é a etapa que
699 antecede a mineração propriamente dita, quando o empreendedor vai
700 tentar entender aquela área onde, pelos estudos prévios, ele entende que
701 há uma jazida economicamente viável, e ele precisa fazer uma pesquisa
702 mineral, extrair alguns blocos, no caso de rocha ornamental, e ver se
703 compensa o investimento que ele vai fazer naquela exploração. A gente



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

704 tem três casos de pesquisa mineral em que o licenciamento vai ser
705 diferente em cada caso. Existe a questão da guia de utilização, que é uma
706 autorização que a Agência Nacional de Mineração dá para o
707 empreendimento que na pesquisa mineral já vai comercializar uma parte
708 daquele material que ele vai extrair para fazer a sua pesquisa. Quando não
709 há guia de utilização, ele não é passível de licenciamento em regra, a
710 pesquisa mineral pode ocorrer sem licenciamento. É claro que se for
711 suprimir vegetação, fazer alguma intervenção ambiental ele precisa pedir
712 essa autorização. Porém, mesmo que seja sem guia e ele for suprimir
713 vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio médio e avançado de
714 regeneração, por força da Lei da Mata Atlântica, que é a Lei 11.428, ele
715 precisa se licenciar. Existe um código específico para isso na DN 217. Já
716 outros casos de pesquisa mineral com guia de utilização em que não haja
717 supressão desse tipo de vegetação ele vai se licenciar como se fosse uma
718 atividade minerária qualquer, ele vai fazer o seu enquadramento de acordo
719 com o código específico daquele tipo de mineral extraído, tá bom? E agora
720 adentrando mais especificamente nas rochas ornamentais de
721 revestimento, eu trouxe para vocês uma síntese do que a gente observa
722 nos pareceres de licenciamento dessas atividades, principalmente na
723 SUPRAM Jequitinhonha, em que, das várias rochas ornamentais que a
724 gente vê em Minas Gerais, na região predomina o granito. Seguindo a
725 ordem das etapas da lavra, primeiro a gente observa a supressão de
726 vegetação nativa, que pode também trazer impactos sobre a fauna. Pode
727 acontecer também, devido às características da lavra, de ser uma região
728 não recoberta por vegetação, mas muitas vezes quando vai se iniciar a
729 lavra existe esse primeiro impacto. O que é solicitado pelo órgão é
730 autorização para intervenção ambiental, se for haver impacto sobre a
731 fauna, é necessário autorização de manejo de fauna e sempre necessário
732 mitigar, fazer o mínimo de impacto possível sobre a flora e a fauna nesse
733 momento. Muitas das autorizações para intervenção sobre a vegetação
734 ensejam as compensações, então tem compensação para intervenção em
735 Mata Atlântica de espécie protegidas, para Áreas de Preservação



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

736 Permanente, então muitas vezes vai ser necessário que o empreendedor
737 cumpra algumas dessas compensações. Após a retirada da vegetação,
738 começam os impactos do decapeamento do solo, que é a retirada da
739 camada superficial de solo caso haja, e o principal impacto, além da
740 questão paisagística, são os processos erosivos, então como medidas de
741 controle mitigadoras são solicitadas a revegetação dessas áreas
742 impactadas após sua exploração, reconformação topográfica para que o
743 processo erosivo seja diminuído. É importante instalar sistemas de
744 drenagem, como canaletas direcionadas para bacias de sedimentação,
745 dissipadores de energia, diques e estruturas de contenção de sedimentos.
746 E conduzir essas atividades de forma a não intensificar o impacto das
747 águas pluviais na área. Quando começa a lavra especificamente, a gente
748 tem um impacto muito relevante, que é o foco também desse Diálogos,
749 que é a geração de estéril e rejeitos. A quantidade de estéril e rejeito que
750 vai ser gerada vai depender, em parte, das características da rocha em si,
751 da estrutura geológica, mas vai depender muito também do método de
752 lavra escolhido e do seu planejamento, o planejamento das frentes de
753 lavras, da sua expansão também importa muito nesse momento. E como
754 medida de controle muito importante, cita a implantação de uma pilha de
755 estéril e rejeito, de acordo com as normas técnicas, e a gente tem a NBR
756 ABNT 13029, que traz as principais diretrizes técnicas que uma pilha tem
757 que seguir, principalmente a questão do sistema de drenagem nessa pilha,
758 além da sua inclinação, da sua estrutura, para evitar o carreamento de
759 sedimentos para os corpos d'água, e também direcionando essa
760 drenagem para bacias de sedimentação e estruturas de contensão. E
761 outra medida muito importante é a reutilização desse estéril gerado, tanto
762 para recuperar as áreas degradadas quanto para, às vezes em obras,
763 necessárias dentro do empreendimento, tentar utilizar os blocos retirados
764 que não forem comercializados, são questões de planejamento de lavra e
765 de empreendimento mesmo que fazem muita diferença, e acredito que o
766 Roberto vai tratar melhor do que eu na próxima palestra sobre esse tema.
767 E agora tratando também de outros impactos, além da geração de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

768 resíduos e rejeitos, a atividade minerária pode, dependendo do seu porte,
769 pode trazer muitos veículos, muitas máquinas em operação, então as
770 emissões atmosféricas e os ruídos são impactos relevantes,
771 principalmente quando está próxima de comunidades e ocupações
772 humanas em torno, então medidas muito importantes são: a manutenção
773 desses equipamentos, desses veículos; o planejamento dos horários de
774 detonação; o controle de tráfego de veículo; a aspersão das vias abertas
775 nas épocas de seca; para os funcionários, a utilização de equipamentos de
776 proteção; e também programas de educação ambiental interno ele auxilia
777 muito para que os funcionários saibam operar todos esses equipamentos
778 de forma menos impactante, tanto para a população quanto para a fauna
779 também, que muitas vezes é afugentada pelos ruídos e também pelas
780 emissões atmosféricas. Outro impacto relevante também, devido ao
781 maquinário, aos veículos, é a geração de efluentes líquidos, então é
782 necessário para os efluentes sanitários devido aos funcionários a
783 instalação de fossas sépticas ou outros tipos de tratamento de efluentes
784 sanitários, e para os efluentes industriais é muito importante a
785 impermeabilização do piso, das áreas onde vai haver a manutenção e
786 lavagem desses equipamentos e veículos, e o sistemas de drenagem,
787 direcionando para uma caixa separadora de água e óleo e outros sistemas
788 de tratamento que depois vão precisar passar por um monitoramento. A
789 gente pede um monitoramento de entrada e saída desses sistemas para
790 verificar a sua eficiência ao longo da operação do empreendimento. Outros
791 impactos: geração de resíduos, que é necessário principalmente diminuir a
792 geração na fonte, mas também fazer a declaração no sistema MTR; o uso
793 da água, tentar reduzir ao máximo o uso da água. Nesses
794 empreendimentos a água é muito usada para aspersão de vias e também
795 para lavagem de equipamentos. Muitas das vezes os fios diamantados
796 precisam também passar por um resfriamento, são utilizados no corte dos
797 blocos, então a água muitas vezes é utilizada para isso. Muitas vezes são
798 necessárias as aberturas de vias e estradas, tanto internas quanto
799 externas ao empreendimento, então é necessária manutenção dessas vias



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

800 para controle de processo erosivo e quando há comunidades no entorno,
801 ações de educação ambiental, mesmo que não seja exigido um programa
802 de educação ambiental, mas ações de educação e de comunicação são
803 muito relevantes, porque a atividade minerária sempre causa impacto para
804 a comunidade no entorno. E só uma síntese do que a gente pede como
805 monitoramento depois que a licença é emitida: relatórios técnico-
806 fotográficos comprovando a implantação das medidas de controle;
807 compensações ambientais; os programas de automonitoramento de
808 efluentes, emissões atmosféricas, resíduos, que a gente pede relatórios
809 semestrais ou anuais; e quando há áreas degradadas, muitas vezes são
810 pedidos os planos de recuperação de áreas degradadas, e os projetos
811 técnicos de reconstituição da flora quando for proposta uma revegetação
812 das áreas degradadas. E a questão do fechamento de mina, que o
813 Roberto vai trazer logo em seguida, mas durante a operação do
814 empreendimento é muito importante que seja acompanhada a recuperação
815 de áreas degradadas ao longo da vida útil da mina. Aí entram tanto a
816 responsabilidade do empreendedor de se planejar e conseguir fazer essa
817 recuperação concomitantemente à operação da mina, e da SUPRAM
818 também de conseguir acompanhar essas medidas de recuperação, à
819 medida que a gente vai dando renovações de Licença de Operação, isso
820 também entrar no desempenho ambiental do empreendimento. Ao final,
821 quando ele vai realmente encerrar a atividade, tem que cumprir a DN 220,
822 que é específica sobre fechamento de mina, que aí já vai ser analisado
823 pela FEAM, quando é o encerramento da atividade como um todo. Eu corri
824 um pouco, porque eu fiquei com medo do tempo, eu não sei se passei,
825 mas estou disponível para as dúvidas, as que não conseguir responder
826 está aí o e-mail da DATEN, que é a diretoria onde trabalho, e fico à
827 disposição e agradeço novamente a oportunidade, é um prazer e uma
828 responsabilidade muito grande falar aqui para o COPAM, ao lado do
829 Roberto, que é uma pessoa com uma experiência tão importante já na
830 FEAM, e especificamente nessa área de rochas ornamentais também.
831 Muito obrigada.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

832 Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Obrigado pela apresentação, Ana Carolina.
833 Foi muito boa. Informamos ainda ao pessoal que está ouvindo, que logo
834 após a segunda palestra estaremos abertos para as respostas aos
835 questionamentos que tem acontecido já no chat aqui no YouTube. Então
836 vamos para nosso segundo palestrante, Roberto Junio Gomes. Roberto é
837 Engenheiro Agrônomo, com Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela
838 Universidade Federal de Viçosa. Possui seus principais trabalhos nos
839 temas de recuperação de áreas degradadas, fechamento de minas
840 (inaudível) área degradada na Universidade Federal de Viçosa e ministrou
841 aulas de solo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-
842 MG. Atualmente ministra aulas de qualidade ambiental no MBA em Perícia
843 e Valorização de Danos Ambientais na PUC-MG, e é analista ambiental da
844 Fundação Estadual do Meio Ambiente, a FEAM, onde está Gerente de
845 Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens, a GERAM.
846 Com a palavra, Roberto.” Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Sim,
847 obrigado, Victor, boa tarde inicialmente. Boa tarde, Conselheiros, boa
848 tarde, Presidente, boa tarde demais dirigentes do SISEMA que estão aqui
849 presente, agradeço a oportunidade. As doces falas da Ana Carolina que
850 fez uma apresentação sobre licenciamento. Entrando aqui na minha
851 temática que eu vim trazer para vocês, é sempre bom já começar
852 elucidando que a gente sempre vê os empreendimentos com início, meio e
853 fim, tudo tem um processo, e essa visualização facilita um pouco nossa
854 gestão, então a Ana Carolina trouxe para a gente o início, quando a gente
855 está falando ali do licenciamento ambiental. O meio, que acaba sendo
856 compartilhado no acompanhamento tanto da SEMAD, pelo licenciamento,
857 pela SUPRAM, nas condicionantes de licença, ele é compartilhado com a
858 FEAM também no contexto da paralização, então quando o
859 empreendimento está paralisado a gente tem uma interface de
860 acompanhamento, e também, como já apresentado pela Carolina, o FEAM
861 acaba se despontando e aparecendo no final das discussões,
862 especificamente sobre a temática do fechamento de mina, e é essa
863 experiência que eu vou trazer para vocês aqui, esse conhecimento de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

864 território que a FEAM adquiriu em razão da paralização da atividade e do
865 fechamento de mina desses empreendimentos na região do Jequitinhonha.
866 Como já bem enunciado pelo Victor, eu sou Roberto Gomes, estou como
867 Gerente de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens
868 que trata essas duas temáticas aqui na fundação. Os trabalhos
869 desenvolvidos tanto na temática de recuperação quanto de fechamento de
870 mina, eles têm a sua base principal originária, claro, na Constituição
871 Federal, no artigo 225, quando ele expressa nitidamente a obrigação de
872 que o empreendedor, especialmente nesse caso, os empreendimentos
873 minerários que vierem a causar algum impacto são obrigados a recuperar
874 o meio ambiente degradado. Isso dá para a gente a primeira âncora de
875 trabalho de desenvolvimento nessa temática visando o fechamento de
876 mina em sua essência, entregar um ambiente equilibrado após o
877 desenvolvimento da atividade. No âmbito estadual, a norma que dá para a
878 gente o embasamento para trabalhar com essa temática, que foi uma
879 Deliberação Normativa trabalhada no próprio COPAM, construída a
880 diversas mãos por técnicos aqui do SISEMA, de representantes da própria
881 empresa, Ministério Público...” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional
882 de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Um momento. Roberto da FAEMG eu
883 gostaria que você desligasse o microfone, por favor. Pode voltar, Roberto
884 Gomes.” Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Obrigado, Victor. A gente
885 articula em cima dessa Deliberação Normativa COPAM 220/2018, ela trata
886 sobre a paralização da atividade minerária no estado e também sobre os
887 processos administrativos de fechamento de mina, então todas as
888 temáticas que eu vou desenvolver daqui para frente foi construída com
889 base nessa experiência. As diretrizes dela já podem ser consideradas uma
890 atualização. Para quem conhece aqui o desenvolvimento da legislação
891 sobre esse assunto, a gente teve uma antes dela, que foi o início de toda
892 essa discussão através da Deliberação Normativa COPAM 127/2008, 10
893 anos antes, a gente já estava trabalhando com essa temática que vinha
894 discutindo essa mesma linha de trabalho, e aí em 2018 a gente faz essa
895 atualização já com uma expertise desses trabalhos que já eram



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

896 desenvolvidos pela FEAM. De uma forma geral, ela traz alguns conceitos
897 da Deliberação Normativa, falando o que é mina abandonada, o que é
898 mina paralisada no contexto da legislação, e já traz também uma
899 obrigação para o empreendedor, que é: '(...) empreendimento que vier a
900 paralisar suas atividades de forma temporária, voluntariamente ou em
901 consequência de casos fortuitos(...)', ou seja, se aplica toda e qualquer
902 contexto que pare aquele processo de exploração daquela área, '(...)
903 deverá protocolar um Relatório de Paralisação de Atividade Minerária.',
904 para que a gente consiga, o objetivo desse instrumento é acompanhar
905 como vai ser a manutenção daquele empreendimento quando ele não
906 estiver operando, por quê? Ele tem que ter, como empreendimento
907 paralisado, a total disponibilidade para voltar a qualquer momento, desde
908 que seja vencido o motivador da paralisação. E durante todo esse período,
909 independente dele não estar operando, recai sobre ele a responsabilidade
910 de manter todos os controles, mitigar todos os passivos cabíveis naquele
911 contexto, para a gente ter um empreendimento de fato paralisado em
912 condições de operar. Essa deliberação ainda sob o aspecto agora de
913 fechamento de mina, ela traz para a gente uma diretriz sobre como se dará
914 o encerramento dessas atividades e conseqüentemente como será
915 recuperado, como será instruído o processo de recuperação dessas áreas.
916 Essa Deliberação 220/2018 ela tenta dar pesos distintos para impactos
917 distintos, uma coisa que foi uma evolução dela, a 127/2008 não tinha essa
918 percepção, ela considerava todo mundo igual perante a legislação, uma
919 coisa que é muito comum na legislação minerária, que todo
920 empreendimento minerário segue todos os ritos independente da
921 característica de desenvolvimento dele. Quando a gente desenvolve essa
922 220, nessa atualização ela já tenta separar isso um pouco, trazendo a
923 proposta de um plano de recuperação de áreas degradadas para os
924 empreendimentos considerados de menor impacto, e conseqüentemente a
925 gente tinha como referência as próprias legislações de licenciamento,
926 então as classes de 1 a 4 fariam seu processo de fechamento por meio de
927 um PRAD, aqueles empreendimentos também considerados como



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

928 abandonados ou que foram desenvolvidos em caráter de pesquisa
929 ambiental, também vindo com a diretriz de um PRAD, e isso por quê?
930 Porque a gente entende que naquele local já não existe mais uma
931 dependência social muito forte, econômica, daquele território. O que a
932 gente tem ali claramente é um passivo ambiental que precisa ser
933 recuperado e remediado, e por isso essa diferenciação. E em
934 contrapartida, conforme apresentado no artigo 8º dessa mesma
935 deliberação, os empreendimentos de maior impacto ambiental e também
936 social, e aí a gente pode fazer essa referência também pelas classes da
937 Deliberação Normativa com classe 5 e 6, fazem o seu fechamento de mina
938 através da apresentação de um PAFEM, Plano Ambiental de Fechamento
939 de Mina. Qual a essência de diferença entre esses dois instrumentos? O
940 PRAD é focado quase que 100% nas características ambientais na sua
941 recuperação *stricto sensu*, e o PAFEM ele vem com a temática ambiental
942 dentro dele e também alguns trabalhos para se desenvolver na
943 remediação dos impactos sociais gerados em função da finalização
944 daquele empreendimento naquele local. Sabemos muito bem que no
945 Estado de Minas Gerais a gente tem algumas regiões, especialmente aqui
946 na região central do quadrilátero ferrífero, onde grandes empreendimentos
947 movimentam vários municípios, e toda economia, todo desenvolvimento de
948 trabalho dependem daquele empreendimento, e, por isso, o PAFEM tem
949 essa característica um pouco mais especial, da gente discutir como vai ser
950 feita essa transição econômica desse município com a população afetada,
951 com toda uma forma de bastante discussão, inclusive essa Deliberação
952 Normativa traz para empreendimentos classes 5 e 6 a prerrogativa de
953 reunião pública para que as pessoas entendam como está sendo esse
954 processo de fechamento, o que a gente considera ter sido um grande
955 avanço para essa temática, destacando o reconhecimento dessa
956 deliberação, inclusive, por outros estados em função das renovações que
957 ela veio trazendo. Com base nesse histórico de legislação, como eu falei
958 com vocês, o foco hoje, o cerne da nossa diretriz está na Deliberação
959 Normativa COPAM 220/2018, ela que está vigente, ela que dá toda



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

960 orientação para a gente, a gente não pode perder de foco a experiência
961 que foi construída e desenvolvida desde 2008, quando a FEAM começou a
962 trabalhar com esse tema e começou a normatizar. E aí que é muito
963 importante a gente começar a visualizar o diagnóstico, até para dar
964 embasamento para o que vou apresentar daqui para frente. A FEAM, em
965 meados de 2015, 2016, ainda na vigência da antiga legislação antes da
966 220/2018, ela fez um grande esforço, claro, contando com apoio das
967 SUPRAMs, da Polícia de Meio Ambiente, com apoio inclusive das
968 prefeituras que encaminhavam denúncias para a gente, para tentar
969 reconhecer nosso território minerário. Eu fui o técnico responsável à
970 época, dentro da FEAM, para ficar com o território de Jequitinhonha, e, por
971 isso, fico muito feliz de estar aqui, trazendo essas experiências do que eu
972 descobri lá no campo, o que eu vi desses empreendimentos de rochas
973 ornamentais que eu vou dar aqui mais para frente para vocês. Quando a
974 gente faz toda essa força tarefa, em 2016 a gente forma uma primeira
975 base de cadastro de minas paralisadas e abandonadas que mostra para a
976 gente um total de 400 áreas em todo o estado, isso são as áreas que a
977 gente conseguiu enxergar com essa força tarefa, em 1 ano de trabalho
978 inteiro de fiscalização, não representa todo o nosso território minerário,
979 todos os nossos empreendimentos, igual eu falei, são aqueles que a gente
980 conseguiu enxergar com essa força tarefa, fazendo já um filtro pelas bases
981 dos sistemas, dos sistemas do SISEMA, especialmente SIAM, para ver
982 aqueles que não tinham licença válida, alguma coisa nesse sentido, aí a
983 gente chega nessas 400 áreas. O que ressaltou para a gente naquele
984 contexto, é que mesmo com a legislação desde 2008 funcionando, a gente
985 tinha 169 áreas dessas 400 classificadas como abandonadas, ou seja,
986 contexto ambiental delas não eram das melhores, e 134 áreas
987 classificadas como paralisadas sem controle ambiental, o empreendedor
988 tinha ali alguma movimentação de processo, mas quando você ia na área
989 para reconhecer o que estava lá, você via literalmente que controles
990 ambientais não tinham sido aplicados naquela área há algum tempo, e isso
991 alertou para a gente, inclusive, foi o que motivou a proposta da 220/2018.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

992 E o mais importante ressaltar, trazendo mais para o tema do nosso
993 Diálogos, é: naquele contexto, desse grupo de 400 áreas,
994 aproximadamente ali, 72 áreas eram de exploração de granito, sendo que
995 cerca de 80% delas eram classificadas como abandonadas ou paralisadas
996 sem controle, então é um problema real, é uma discussão muito válida e
997 atual que a gente tem que fazer, e eu acho muito importante a gente ter
998 isso aqui na URC sendo apresentado para vocês com maior coerência
999 para alertar sobre essa visualização. Dando maior enfoque na questão do
1000 mapa, a base de 2016 que a gente tinha consolidado, mostrando para
1001 vocês um grande número, uma certa concentração no baixo
1002 Jequitinhonha, e na região central do estado dos empreendimentos. Aqui a
1003 gente não está fazendo diferenciação nenhuma, simplesmente a base do
1004 que a gente encontrou nesse período. E com essa base de 2016 a gente
1005 continuou uma gestão, não necessariamente mais indo a campo, mas
1006 recebendo e cobrando informações constantemente para que a gente
1007 mantenha essa gestão do empreendimento, tanto na paralisação ou até
1008 mesmo quando a gente recebe denúncias, é um fluxo comum entre as
1009 SUPRAMs e a FEAM de informações no quais, especificamente sobre
1010 paralisação e abandono, é comum a gente receber relatórios, autos de
1011 fiscalização da atividade da diretoria de fiscalização, que a gente tem que
1012 processar e tentar puxar o empreendedor para fazer as suas medidas de
1013 controle. Neste sentido, na base de 2019, considerando os nossos
1014 levantamentos internos, isso não é um documento consolidado como foi o
1015 de 2016, foi apenas uma avaliação de gestão, a gente vê que aumentou
1016 um pouco, essa base já está aproximadamente com 450 empreendimentos
1017 que a gente conseguiu receber ao longo desse período, lembrando que
1018 paralisação, abandono e atividade são dinâmicos, o empreendedor que
1019 estava paralisado em 2016 não necessariamente está paralisado hoje,
1020 uma mina que estava abandonada em 2016 não necessariamente ela está
1021 abandonada hoje, ela pode ter voltado a operar por outro empreendimento,
1022 e essa dinâmica de mudança de mão do empreendimento mineral
1023 precisa ficar bastante coerente quando a gente trabalha essa temática de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1024 paralisação e fechamento de mina, para a gente entender como muda
1025 essa transitoriedade nesses empreendimentos em função do status que a
1026 gente dá para ele, de qualquer forma, mesmo olhando a base de 2019, a
1027 gente continua visualizando essa aglomeração na região do baixo
1028 Jequitinhonha e também um espalhamento maior na região sul do estado
1029 desses empreendimentos. Mais uma vez, frisando aqui, não estou falando,
1030 nesses dois mapas especificamente, só das rochas ornamentais, eu estou
1031 falando da base de dados que a gente trabalha como um todo, mas
1032 independente disso a temática precisa ser observada como um todo para
1033 os empreendimentos minerários, e aqui para frente eu começo a dar mais
1034 um enfoque sobre as rochas ornamentais. Outro aspecto de diagnóstico
1035 que a gente precisa perceber, e aí já é uma discussão que a gente tem
1036 muito com o empreendedor e a gente entende isso e todos os órgãos que
1037 estão acompanhando essa situação entendem e a gente tem que aprender
1038 a trabalhar com ela pelos dois lados é: o desenvolvimento das rochas
1039 ornamentais estão pautados no querer do mercado. Muitas das vezes o
1040 mercado internacional, que tem as suas requisições e necessidades
1041 específicas. Muitas das vezes uma pedra cor de rosa está vendendo esse
1042 ano, com tonalidade rosa, no ano que vem a tendência muda, a moda
1043 muda, aí eles querem uma rocha com manchas amarelas.
1044 Consequentemente o mercado tem uma oscilação muito forte de demanda
1045 para poder atender tanto o comércio interno quanto externo. E por que isso
1046 é importante para o diagnóstico? Porque a paralisação e a retomada
1047 desses empreendimentos é literalmente um ciclo interminável durante todo
1048 esse processo de licença deles, e isso é interessante a gente observar que
1049 muitos dos empreendedores que trabalham na temática não entendem que
1050 esse tempo em que ele não está no sítio, que ele não está lá lavrando,
1051 porque a dinâmica que ele está desenvolvendo é: ele vai, lavra, deixa as
1052 pedras no momento de espera, essa é a forma do empreendimento se
1053 desenvolver, deixa os blocos de venda em um pátio de espera, e é um
1054 empreendimento que normalmente não tem uma estrutura associada,
1055 aquilo fica ali paralisado no tempo, e à medida que vai tendo mercado de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1056 comércio eles vêm nesse sítio, pega os blocos já cortados para poder
1057 vender, e quando a atividade de fiscalização chega nesses locais o
1058 primeiro impacto é: esse empreendimento está paralisado, não tem
1059 ninguém aqui, a gente não tem nenhuma característica de controle
1060 ambiental, ele está abandonado, paralisado, vamos aplicar todas as
1061 medidas de controle necessárias. A gente entende pela visão da gestão a
1062 perspectiva da sazonalidade, mas a gente precisa entender que ela tem
1063 que ser feito mesmo durante esse período medidas de controle,
1064 planejamento e desenvolvimento para que o empreendedor seja sempre
1065 caracterizado como empreendimento minerário funcionando. Aí é uma
1066 apresentação para as pessoas que não conhecem de um empreendimento
1067 minerário de rocha ornamental padrão, uma ilustração que eu busquei
1068 para ter essa visualização, onde está representada a lavra, com os blocos
1069 de corte principalmente na região da lavra sendo preparados, cortados,
1070 etc. Ele passa por uma cadeia produtiva de beneficiamento que nosso
1071 estado, isso é uma coisa que eu visualizo muito, acho muito pobre, a gente
1072 tem que começar a visualizar isso, extrapolando um pouco a temática
1073 ambiental, porque as nossas rochas ornamentais geralmente seguem o
1074 fluxo do Espírito Santo para lá ser beneficiada, e depois que seguem os
1075 devidos beneficiamentos, ali representando um barquinho no canto
1076 superior da tela, essas rochas seguem para exportação para atender
1077 mercados externos na maioria das vezes. Esse é um procedimento padrão
1078 do funcionamento de um empreendimento de rocha ornamental. Quando a
1079 gente está falando do Estado de Minas Gerais, especialmente da região de
1080 Jequitinhonha, a gente muitas vezes está focado na região de extração,
1081 onde está aquele caminhãozinho amarelo, no canto superior da tela, é
1082 aquele foco principal que a gente tem desenvolvido nos nossos principais
1083 empreendimentos minerários da região do Jequitinhonha. Quando a gente
1084 tem esse diagnóstico sendo feito, a principal fragilidade que minha colega
1085 Ana Carolina já trouxe para a gente, é a percepção de uma falta de
1086 planejamento ambiental, por quê? Quando a gente tem essa visualização
1087 muito clara que tudo que tem um início de empreendimento, especialmente



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1088 considerando que um recurso mineral é finito, uma hora isso vai acabar.
1089 E a gente observa que os empreendedores iniciam as suas atividades com
1090 sede, anseio em cima do mineral, da necessidade do bem do produto que
1091 ele quer, só que ele esquece que a forma de desenvolvimento que ele vai
1092 fazer, e com a legislação que a gente tem hoje, inclusive, como representei
1093 para vocês, da Constituição Federal, ao final da vida útil dele, seja por
1094 extinguir ou acabar o recurso mineral, ou seja pela própria saúde do
1095 empreendedor, financeira ou qualquer coisa nesse sentido, ele vai ser
1096 obrigado a encerrar suas atividades, e para ele encerrar ele vai ter que
1097 recuperar esse empreendimento. Essa visualização de que uma hora o fim
1098 chega, seja pelo fim do minério ou seja por problemas operacionais da
1099 própria empresa, isso não é muito claro nos empreendedores, e isso está
1100 custando um preço muito alto, por quê? No final da vida útil desse
1101 empreendimento ele já não tem recurso para poder se desenvolver da
1102 melhor maneira e recuperar os passivos que são gerados. Planejamento
1103 neste contexto é muito forte, ele entra em várias discussões,
1104 especialmente, porque quando a gente tem o tema de fechamento de mina
1105 sendo desenvolvido, isso é consagrado não só no Estado de Minas Gerais,
1106 mas pela Agência Nacional de Mineração e também para os outros órgãos
1107 de controle, inclusive em nível mundial, que um fechamento de mina para
1108 dar certo, para recuperação ambiental de uma área dar certo, de um
1109 empreendimento mineral, ele tem que ser planejado desde o início. Esse
1110 planejamento abrange toda a vida útil dele, desde os processos de
1111 viabilidade econômica daquele empreendimento, passando pelo
1112 licenciamento ambiental, passando pelas medidas de controle e chegando
1113 finalmente no fechamento de mina, inclusive no pós-recuperação, que é o
1114 monitoramento dele, e a entrega para a sociedade, então ter essa
1115 visualização deixa claro para a gente que isso precisa ser implementado
1116 nesse setor da melhor maneira possível para a gente conseguir chegar e
1117 correr essa fase toda da melhor maneira possível. Quando a gente tem
1118 essa visualização, eu tirei essas fotos dessa base de dados que a gente já
1119 tem aqui na gerência, o que a gente observa para poder respaldar essa



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1120 base de falta de planejamento: na primeira imagem, no canto superior, a
1121 gente tem uma lavra, é uma lavra que tem a rocha cortada no canto da
1122 imagem, mas você vê processos erosivos mais diversos possíveis, isso é
1123 um padrão, normalmente você chega nesses empreendimentos eles não
1124 têm um desenvolvimento de lavra único, são diversas frentes de lavra
1125 aberta, e a entrada na rocha é feita de forma não muito clara. A segunda
1126 imagem que mostra para vocês também uma frente de lavra, no canto
1127 superior da imagem, você vê nitidamente que muitas vezes restam uma
1128 instabilidade geotécnica dessas lavras, deixando cacos e pedaços que dão
1129 para a gente uma perspectiva de risco da queda desse material,
1130 deslocamento, isso sem contar processos erosivos e problemas que
1131 podem existir, isso não só em empreendimentos paralisados, a gente tem
1132 empreendimentos que estão com licença válida operando que a lavra
1133 demonstra esse tipo de fragilidade. Em relação àquela questão da
1134 sazonalidade, da forma que o empreendimento se desenvolve hoje no
1135 estado, onde eu falei com vocês que o empreendedor vai na frente de
1136 lavra, corta todo o material necessário e deixa esperando no pátio, porque
1137 a atividade de corte é bastante onerosa e tem que ter uma máquina
1138 específica, fios diamantados, etc. Eles fazem esse processo de
1139 embatelada, vamos colocar assim, põe esse pátio de espera e deixa a
1140 rocha esperando ainda sem perspectiva de mercado real, e isso tem dado
1141 para a gente essas duas imagens inferiores mostrando para vocês pátios e
1142 pátios de blocos que ficam parados na região do Jequitinhonha esperando
1143 venda, e aí nesse problema não seria uma grande crítica, mas hoje eu falo
1144 que no desenvolvimento de gestão de empreendimentos abandonados é
1145 muito comum você chegar na região ali de Pedra Azul, mais para o
1146 extremo do estado, e observar pátios que estão parados há mais de 5, 6, 7
1147 anos esperando vendas e ainda sem sinalização de retirada, com mais de
1148 100 blocos parados, esperando para venda, então isso é um problema
1149 muito sério, com a vegetação já crescendo no meio, então isso sim é um
1150 problema de fragilidade que a gente diagnóstica. Outro tema muito
1151 importante, aí representado nessas quatro imagens para você, a minha



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1152 colega Carolina já trouxe essa percepção, que é a gestão de rejeitos, que
1153 é o tema que a gente traz aqui como foco principal. É um problema muito
1154 sério, porque o corte do material eles estão focando nitidamente no
1155 processo de reaproveitamento mineral. A relação normalmente desse
1156 produto que eles vendem, que o empreendedor deseja, com a quantidade
1157 de rejeito e resíduo geralmente é enorme, e a forma de disposição que a
1158 gente encontra nessa região, que a gente viu com as informações que a
1159 gente coletou, é: uma disposição completamente sem controle, muitas das
1160 vezes definidas como a gente fala aqui 'rolando morro abaixo' para poder
1161 ali, simplesmente focado no material mineral, sem se preocupar com
1162 granulometria, com estabilização geotécnica, sem nada disso, então é
1163 muito comum você ter vegetação no meio, riscos de quedas dessas
1164 pedras, pedras escoradas umas nas outras com carro passando perto,
1165 toda uma gestão de empreendimento muito fragilizada, e em quantidade
1166 significativas. Essa imagem, por exemplo, que está no canto superior
1167 direito, mostra para a gente uma pilha, que apesar de estar sobre um
1168 monte de rochas, você consegue ver ela aí, no final da vida útil desse
1169 empreendimento, como a gente vai tratar isso? Porque o empreendedor já
1170 não tem mais tanta saúde econômica. Como é que eu peço para ele tirar
1171 essa pilha daí? Será que ele vai ter condições financeiras para poder fazer
1172 a reconformação necessária desse terreno e dessa área? Lembrando que
1173 muitas das vezes essas pilhas, especialmente na região do Jequitinhonha
1174 a gente tem exemplos disso, elas são vistas a quilômetros de distância, em
1175 função da quantidade de rejeito que é gerado. Muita das vezes a própria
1176 Ana Carolina trouxe esse exemplo, de usar esses blocos para
1177 recuperação, mas inclusive até para usar o bloco para recuperação de
1178 voçorocas, de processos erosivos, a gente precisa trabalhar esse rejeito,
1179 não é simplesmente blocos de tamanhos diversos, de maior complexidade
1180 diversa, sendo jogado de qualquer forma no meio ambiente, e é isso que a
1181 gente observa muito forte como uma fragilidade desses empreendimentos.
1182 Se eu fosse elencar hoje, dentro de tudo que eu falei até o momento, a
1183 principal fragilidade que a gente encontra de impacto é isso, a quantidade



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1184 de rejeito gerado. Tentando trazer uma perspectiva com o objetivo da
1185 palestra, que é: como é fazer diferente? Igual no início a gente fala,
1186 medidas simples poderiam resolver o problema, está aí: a gente tem que
1187 tratar, primeiro momento, isso é um empreendimento. Um
1188 empreendimento tem que ser planejado, o seu desenvolvimento tem que
1189 ser planejado com início, meio e fim, e eu sei que é muito difícil a gente
1190 vislumbrar um fim com um empreendimento que a gente está falando que
1191 vai durar 20, 30 anos com essa sazonalidade, mas esse é um exercício
1192 que a gente tem que fazer diariamente, inclusive para saber se aquela
1193 rocha, naquele momento e aquele corte no mercado que existe hoje
1194 realmente tem viabilidade para ser explorada em função do passivo
1195 significativo que gera. Esse planejar o empreendimento ela atende, é um
1196 empreendimento minerário, é um empreendimento como qualquer outro,
1197 então ele precisa ter essa visualização de desenvolvimento, considerando
1198 todas as fragilidades já aqui apresentadas. Como fazer esse planejamento
1199 e quais pontos são importantes que a gente observou de fora? Na questão
1200 da viabilidade da preparação de abertura da lavra, até mesmo para
1201 solicitar um licenciamento ambiental para começar sua atividade.
1202 Realmente avaliar a viabilidade do empreendimento através de conhecer o
1203 mercado. Essa sazonalidade tem um custo e um preço para quem está
1204 desenvolvendo nisso. Porque pode ser que a pedra que você está
1205 querendo extrair nesse momento daqui dois meses já não tem mais valor
1206 nenhum, ou o mercado está extremamente saturado nesse período que
1207 você está desenvolvendo o seu empreendimento. Conhecer a legislação
1208 aplicada. Gente, é um empreendimento minerário como qualquer outro.
1209 Conseqüentemente, toda a legislação da Agência Nacional de Mineração
1210 e, conseqüentemente, do próprio estado para empreendimento minerário
1211 de ferruginosos ou qualquer outro vai recair sobre esse empreendimento,
1212 inclusive, de fechamento de mina. Reconhecer a finitude do minério. Essa
1213 lavra vai acabar, uma hora ela vai acabar, e existe um custo que vai ser
1214 atrelado ao fechamento de mina que esse empreendedor vai ter que
1215 pagar. Conseqüentemente, eu falo isso por quê? Está ficando muito mais



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1216 forte hoje essa importância ambiental, essa discussão de: você degradou,
1217 você é obrigado a recuperar. Na Constituição a gente sabe que tem lá
1218 prerrogativa para isso, mas hoje a gente já vê o judiciário se questionando
1219 sobre: está sendo efetivo ou não está? Então, a gente sempre gosta de
1220 deixar isso bastante claro, uma hora a conta chega, e isso recai sobre o
1221 empreendedor, se ele não tiver planejado a gente já começa a ver aí
1222 outros tipos de discussões, de formas de lograr recuperação que tem sido
1223 bastante danosa para esses empreendimentos. Organizar a área útil. Isso
1224 parece básico, mas quando eu falo isso, é básico para todos os
1225 empreendimentos, mas quando a gente está visualizando, até pelas fotos
1226 que eu mostrei para vocês, parece que não funciona nesses
1227 empreendimentos, que é o quê? Gente, todo empreendimento, do mais
1228 básico que ele seja, isso é uma cobrança que a gente faz em todas as
1229 paralisações, já estamos conversando com as SUPRAMs para colocar
1230 inclusive como condicionante de licenciamento, que é: gente, cerca o seu
1231 empreendimento, põe uma placa de identificação para que quando alguém
1232 chegar lá em uma fiscalização, saber de quem é aquela área, poder
1233 contactar o empreendedor, a fiscalização vai para campo visualizar isso e
1234 a gente vê que a maioria deles não possuem isso. Então
1235 consequentemente ao não ter ninguém lá, não tem identificação, não tem
1236 cerca, rótulo de abandonado, multa de sanção, aplicação que a gente tem
1237 no decreto. Planejar o avanço da frente de lavra, ver qual é a forma de
1238 desenvolver, ver a quantidade de bloco que vai tirar, se o mercado vai
1239 absorver, estudar isso um pouco mais a fundo. Preparar o pátio de espera,
1240 a Carolina trouxe essa percepção, eu coloco isso para vocês também. Na
1241 perspectiva de ter um pátio de espera construído para não ter processos
1242 erosivos. Armazenar corretamente explosivos e galões de óleo, está certo
1243 que explosivos estão sendo relativamente abandonados nessa discussão,
1244 a gente está tendo mais fio diamantado sendo utilizado, mas aquelas que
1245 possuem a gente tem ainda um histórico de minerações muito antigas que
1246 a gente encontra que estão lá, galpões, totalmente ali com problemas de
1247 contaminação, isso tem que ser remediado durante a vida útil, não é deixar



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1248 ocorrer. Como essa questão do óleo, por exemplo, a gente dá um exemplo
1249 característico que: áreas que tem problemas de contaminação, a
1250 recuperação é mil vezes mais complicada, então vamos tentar evitar a
1251 contaminação. E manter a área do empreendimento limpa, durante
1252 inclusive essa sazonalidade do empreendimento, porque o empreendedor,
1253 igual esse exemplo que eu dei, o bloco está lá esperando para venda, o
1254 empreendedor não se considera paralisado, e quando você vai olhar, já
1255 tem árvores com troncos de quase 30cm crescendo no meio do pátio.
1256 Você fala: 'Como é que você não está paralisado? Parece que você não
1257 vem aqui há anos.' Então conseqüentemente acaba dando mais um rótulo
1258 e sanções administrativas, então manter a área do empreendimento limpa,
1259 inclusive evitando desenvolvimento de espécies espontâneas nas áreas
1260 úteis, porque lembrando: paralisação tem que dar capacidade para o
1261 empreendedor voltar a qualquer momento a alterar, suprido o motivador da
1262 paralisação. Manejo de rejeitos, delimitar e planejar área de disposição de
1263 rejeito, melhorar a relação produto e rejeito, será que não há outra forma
1264 de reduzir essa quantidade de rejeito produzido? Fomentar o
1265 reaproveitamento, e aí é uma coisa que vai um pouco além do
1266 empreendimento. O problema, no final, com rejeito, é do empreendedor.
1267 Se ele não observar algumas formas ou tentar desenvolver meios de tirar
1268 aquele material, aquelas pilhas gigantes dali, ou ele vai ter que gastar
1269 reconformando aquela área ou a recuperação daquela área vai ser muito
1270 custosa. Então, fomentar o reaproveitamento de rejeito é: existem
1271 sindicatos, existem prefeituras que precisam dos blocos quebrados, podem
1272 ser utilizadas para determinadas coisas, e eu sei que envolve todo um
1273 aparato muito complexo, mas enxergar isso durante a vida útil talvez seja
1274 um caminho, para vocês chegarem ao final da vida útil desse
1275 empreendimento com um menor passivo a ser tratado. Utilizar na
1276 reconformação do terreno, como eu falei, a Carolina também trouxe isso, é
1277 uma opção? É uma opção, mas até para fazer isso o rejeito tem que ser
1278 bem trabalhado, não adianta você colocar cacos de todos os tamanhos
1279 possíveis dentro de um processo erosivo que ele não vai ter estabilidade,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1280 então a gente tem que trabalhar isso um pouco, e aqui eu tenho muito
1281 claro que isso pode onerar o empreendedor, mas é por isso que o
1282 planejamento é necessário, porque a forma que você tira o bloco, e
1283 inclusive a quantidade que você gera vai fazer a diferença nessa
1284 viabilidade ou não dessa proposta. A recuperação da área: adotar práticas
1285 conservacionistas desde o início. A gente tem alguns empreendedores que
1286 retiram o *top-soil*, que é aquela camadinha muito residual que nessas
1287 áreas geralmente têm, de um solinho que se formou ali em cima dessa
1288 rocha, e guarda, mas aquilo se perde ao longo do tempo. Resgatar
1289 plantas, a gente sabe que em cima de alguns maciços rochosos surgem
1290 algumas plantas que são anos de evolução, e quando a gente vai tentar a
1291 recuperação *stricto sensu* feita pelo homem, ela nunca volta, porque existe
1292 uma característica muito intrínseca ali de desenvolvimento daquelas
1293 plantas. Trabalhar esse resgate talvez seja uma saída para você ter
1294 propágulo para voltar quando esse empreendimento fechar. Preservar
1295 fontes de propágulos é sempre aquilo que a gente fala: não vamos
1296 desmatar áreas que não precisam ser desmatadas, porque elas vão
1297 facilitar nosso processo de recuperação. Realizar a recuperação de forma
1298 concomitante à lavra, isso reduz custos no final, lembra que eu falei no
1299 início, chega no final você já não tem mais tanto dinheiro quanto antes,
1300 então você vir trabalhando vai diluindo os custos ao longo do tempo, e
1301 entender conceitos básicos de resiliência e capacidade de suporte, que
1302 nesse caso é mais voltado para os consultores técnicos, para entender e
1303 compreender que, primeiro momento, naquele local, não necessariamente
1304 vai ser um reflorestamento, a gente não está esperando que essas rochas,
1305 essas frentes de lavras, que são rochas sãs expostas, sejam revegetadas,
1306 porque senão a gente cai igual nesse exemplo que eu estou trazendo para
1307 vocês aqui: rocha sempre será rocha. E aí em alguns lugares do mundo,
1308 pensando na qualidade ambiental, existe esse reflorestamento made in
1309 China. Onde as pessoas pintaram as rochas de verde para tentar dar um
1310 aspecto um pouco melhor para aquele contexto, isso não é o que a gente
1311 quer no Estado de Minas, a gente já tem essa visualização muito clara.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1312 Não é esse o caminho, mas a gente tem que entender uma forma de
1313 introduzir esse ambiente de novo, estabilidade geotécnica é uma delas.
1314 Por quê? Porque o fato da gente não querer ter um plantio nessas rochas
1315 são, não justifica de forma alguma deixar o empreendimento da forma
1316 dessas imagens, de dois empreendimentos que a gente fiscalizou. Isso
1317 são todos na região do Jequitinhonha, que estão aí hoje para a gente tratar
1318 com o passível. Hoje, quando vou discutir recuperação dessas áreas, por
1319 exemplo, o valor que chega para intervenção muitas das vezes extrapola,
1320 inclusive, o valor que o empreendedor ganhou nessas áreas com a
1321 extração do mineral. Então, recuperação ambiental dessas áreas não
1322 necessariamente vai implicar em revegetação, mas isso não se implica,
1323 não justifica deixar empreendimentos dessa forma que foi deixado aí no
1324 final da sua vida útil. Porque a gente observa o seguinte: tem jeito.
1325 Organizando e planejando, é possível. Essa área que estou representando
1326 para vocês, as duas imagens de vermelho foram tiradas antes e as duas
1327 imagens verdes depois da recuperação que a gente trabalhou com o
1328 empreendedor, sendo que essa área está na entrada da cidade do
1329 Jequitinhonha, ela está lá como referência, ela tem até placa de
1330 recuperação, hoje a gente já desonerou ela do acompanhamento que a
1331 gente tem, onde que eu vejo para vocês que é possível. Nesse caso, o
1332 empreendedor foi muito feliz ao desenvolver uma frente de lavra que ele
1333 aprofundou no terreno, quando ele foi recuperar a área, ele pegou todo
1334 aquele rejeito que ele tinha, jogou dentro da cava, da lavra, fez uma
1335 reconformação com top-soil e está a área hoje com uma graminha por
1336 cima, representada para vocês, vocês já não veem mais os blocos naquele
1337 local, essa área já pode ser devolvida para seu empreendedor, que
1338 naquele contexto queria aproveitar a área para pastoreio. Então, tem jeito,
1339 só tem que planejar e se desenvolver da maneira correta. Porque quando
1340 a gente começa a visualizar planejamento, quem sabe um dia a gente sai
1341 dessa visualização simplesmente do plantar e do verde, que é o exemplo
1342 que a gente já tem em prática, e chega nesse exemplo dentro do estado,
1343 onde a gente consegue visualizar passivos ambientais, e estou trazendo



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1344 experimento claro da rocha ornamental ali no fundo, para quem está
1345 visualizando a lavra, paredão característico, sendo transformado em novo
1346 ativo financeiro e econômico. Quem não conhece a Ópera de Arame, que
1347 é um cartão postal do estado ao qual ela está localizada e que era uma
1348 antiga lavra de mineração de rocha ornamental que hoje está aí dando
1349 lucros e referências mundiais em relação ao que é desenvolvido ali. Sei
1350 que isso não é do empreendedor minerário que estava naquele local, mas
1351 isso é uma cadeia de início, meio e fim. A gente tem que começar a
1352 visualizar isso, o estado também visualiza isso e o empreendedor também.
1353 Às vezes você tem que passar esse forme de forma controlada para outra
1354 atividade que vai ser desenvolvida ali e desenvolver os novos usos que
1355 são tão almeçados para essas áreas especialmente porque a nossa área
1356 territorial de estado é limitada, a gente já tem o Estado de Minas bem
1357 definido, marcado no seu território, a gente não pode ficar perdendo área e
1358 inutilizando ela ao longo do tempo e o novo uso fica cada vez mais forte.
1359 Agradeço a todos a atenção, dei uma corrida aqui para ver se não
1360 prolongava tanto, estou aqui disponível para dúvidas e sugestões,
1361 agradeço mais uma vez o convite para falar desse tema que me encanta
1362 muito, especialmente nessa terra que é o Jequitinhonha que eu conheço e
1363 que eu amo demais, obrigado.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional
1364 de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Agradecemos a sua participação,
1365 Roberto, muito bom. Agora nós vamos dar início a algumas das perguntas
1366 que foram realizadas durante as apresentações, mas não sem antes, eu
1367 gostaria de comentar um pouco da minha própria experiência, e junto com
1368 o que vocês dois falaram, estou no estado há 7 anos, no Vale do
1369 Jequitinhonha, sempre na fiscalização ambiental, e há 5 anos estou como
1370 Diretor de Fiscalização aqui, e todo esse período, desde o início, era muito
1371 comum ouvir no âmbito da SUPRAM as discussões sobre os impactos de
1372 rochas ornamentais, tendo em vista que a extração de rocha ornamental
1373 no Vale do Jequitinhonha sempre foi uma atividade de muito destaque no
1374 contexto do Vale do Jequitinhonha. No início, era muito comum as
1375 extrações de rocha ornamental, como o Roberto bem mesmo apresentou,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1376 do granito, na região do Baixo Jequitinhonha, cidades como Araçuaí,
1377 Itinga, Itaobim, Águas Vermelhas, todas essas cidades têm hoje, ainda,
1378 boa parte das minas abandonadas se encontram lá, como foi apresentado
1379 pelo Roberto, bem como também poucas minas ainda em atividade,
1380 recentemente, por exemplo, em uma atividade de trabalho que eu tive na
1381 região, foi justamente atender 4 minas abandonadas que se encontram na
1382 região de Araçuaí, Itinga e Itaobim. O que é uma coisa muito comum, nós
1383 observamos que boa parte dessas empresas deixou um impacto
1384 considerável, temos ali então na paisagem dessas cidades minas
1385 abandonadas como legado de um passado recente, não é um passado
1386 muito distante, é algo de 10, 15, 20 anos. E como bem disse o Roberto, é
1387 uma atividade econômica bastante volátil, depende muito das suas
1388 variedades dos clientes, das demandas, e o que nós notamos de certa
1389 forma é que o interesse comercial pelo granito deu uma reduzida
1390 considerável nos últimos anos, e isso foi substituído pelo quartzito, que
1391 atualmente é uma grande moda no mundo das rochas ornamentais, pelo
1392 menos é o que nós temos percebido no âmbito dos nossos trabalhos aqui
1393 da SUPRAM Jequitinhonha, e o quartzito, que é um material bastante
1394 abundante aqui no espinhaço meridional, nos últimos 5 ou 6 anos ele foi
1395 um objeto de grande interesse por parte das empresas mineradoras, uma
1396 parte inclusive dessas empresas que se encontravam lá no Baixo
1397 Jequitinhonha, então nós temos aqui na região de Diamantina algumas
1398 empresas ou frutos dessas outras empresas do Baixo Jequitinhonha aqui
1399 em Diamantina e região por conta desse novo interesse, desse novo tipo
1400 de rocha, até porque o método de extração é bastante similar, então hoje,
1401 cidades como Gouveia, Diamantina, Felício dos Santos, passam a ter
1402 também, nas suas paisagens, a vista de diversas lavras de extração de
1403 rocha, sejam elas consolidadas, com devido licenciamento, bem como
1404 também as irregulares e até mesmo as que estão com sinais de futura
1405 extração, é o que a gente aqui na região das marcas de foguinhos, que é
1406 um método barato e bem utilizado por várias dessas empresas
1407 interessadas para avaliar a cor do material que estaria nessa região, então



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1408 algumas dessas pessoas interessadas vão lá, explodem parte da rocha,
1409 quebram a rocha, expõe a cor real dela e com isso tentam entender uma
1410 pré-pesquisa mineral, e isso já é possível de ser verificado aqui na região
1411 do Alto Jequitinhonha com bastante intensidade. E ainda por cima a gente
1412 consegue colocar outra questão também: que são as mudanças sociais
1413 típicas que estão acontecendo em algumas das localidades, mudanças de
1414 hábito de vida de consumo ou outras formas de relações sociais,
1415 principalmente nas localidades (inaudível) que se concentram no mesmo
1416 ponto, na mesma região. E ainda, para concluir, como foi bem apresentado
1417 pelo Roberto também, nessas áreas há uma ocorrência muito grande de
1418 espécies vegetais e animais endêmicas, boa parte ameaçadas de
1419 extinção, e ainda feições espeleológicas, cavidades, grutas, abrigos, que
1420 apesar de guardarem a sua própria legislação de proteção, elas ainda não
1421 são devidamente protegidas, e nisso a gente consegue apontar outra
1422 preciosidade: que é o patrimônio arqueológico cultural encontrado nessa
1423 região. Não é raro encontrar pinturas rupestres ou objetos oriundos de
1424 ocupações dos povos originários, de séculos atrás, possíveis elos que
1425 poderiam explicar dinâmicas populacionais, não só da nossa região do
1426 espinhaço, como do Brasil e da América. Então tem todo esse patrimônio
1427 que ainda não está totalmente descoberto, tem populações e atos diversos
1428 daquele da extração mineral, tal qual ela está sendo feita em alguns locais,
1429 e ainda com essa alteração da paisagem cênica, acabam contribuindo
1430 muito para um novo ponto de pressão ambiental e traz os impactos da
1431 mineração nesse debate. Então eu queria falar um pouco sobre isso para
1432 já adiantar algumas das perguntas que eu li, que já chegaram aqui para
1433 mim, que eu vou repassar agora para o Roberto e para a Ana, que vêm
1434 justamente com essa temática. Há uma crescente preocupação na região
1435 do alto espinhaço sobre os impactos da mineração e também há uma
1436 preocupação dessas minas abandonadas. Como o Roberto já bem
1437 adiantou, há um acompanhamento da FEAM daquelas minas lá do Baixo
1438 Jequitinhonha, mas aqui no Alto Jequitinhonha já tem sinais delas e vem
1439 com esse tipo de preocupação por parte da sociedade. Já tentando



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1440 prosseguir para o debate, para aqueles, já adianto para nosso público,
1441 para aqueles que desejam certificados, nós solicitamos responderem ao
1442 formulário cujo link está logo abaixo da tela do YouTube, vocês podem ter
1443 acesso a isso, eu já vou dar vazão para a primeira pergunta, que
1444 (inaudível) impactos cumulativos e sinérgicos nesse tipo de atividade, a
1445 cumulatividade dos empreendimentos do espinhaço tem causado grandes
1446 problemas ambientais, então a gente queria saber se isso é ou está no
1447 bojo das preocupações do próprio órgão ambiental, de vocês, o que vocês
1448 entendem sobre isso. Com a palavra, o Roberto ou a Ana, podem ficar à
1449 vontade.” Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Na temática de
1450 fechamento de mina, a gente já começa observar uma certa preocupação
1451 com esses empreendimentos menores, como bem colocado pelo Victor. A
1452 gente sabe que eles são pequenos, mas numerosos, que a gente tem
1453 observado dentro dessa perspectiva de área que a gente vem colocando.
1454 Claro que a temática de fechamento de mina em recuperação, como eu
1455 falei com vocês, a gente vai criando força cada vez mais com os
1456 problemas ambientais que a gente tem enfrentado, é um aprendizado
1457 quase que contínuo. Tanto é que a temática de fechamento de mina, hoje,
1458 ela vem tomando essa força, porque a gente começou a perceber que
1459 nosso histórico minerário está deixando um preço, e aí existe, claro, toda
1460 uma discussão, e isso inclusive com Agência Nacional de Mineração, que,
1461 muitas das vezes, tinha um discurso no passado em cima de fomento, ‘Eu
1462 estou aqui para fomentar a exploração minerária.’, já com olhar do tipo:
1463 ‘Opa, esse fomento não é tão simples assim, a gente tem que ter um
1464 planejamento, desenvolvimento cada vez melhor.’, e isso é o que a gente
1465 já começa a visualizar quando eu trago a percepção dos novos usos, que
1466 a gente começa a ter para esses territórios. Claro que existe uma
1467 necessidade ainda muito grande de instrumentos realmente aplicados a
1468 isso. A gente tem avaliações ambientais integradas sendo desenvolvidas
1469 para alguns setores, para mineração de ferro a gente já tem aqui no
1470 estado sendo discutido para a região central, mas isso precisa se
1471 desenvolver ainda mais. É uma linha de desenvolvimento sim, mas ela



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1472 ainda precisa de mais subsídio. Carol, você quer me complementar?” Ana
1473 Carolina Andrino de Melo, DATEN/SURAM: “Eu queria dizer que, do ponto
1474 de vista do licenciamento, por mais que a gente, muitas vezes peça
1475 avaliação de impactos sinérgicos e cumulativos nos estudos ambientais, o
1476 licenciamento sozinho é insuficiente para tratar desses impactos, porque é
1477 licenciado empreendimento por empreendimento, então quando a gente
1478 olha a Política Nacional de Meio Ambiente, a gente tem que sempre olhar
1479 que o licenciamento é só um dos instrumentos da política, e a avaliação
1480 ambiental integrado, como citado pelo Roberto, é um deles, mas ela
1481 também sozinha não vai resolver, a gente tem que utilizar ela para fazer
1482 diretrizes para gestão do território, e aí vão ter que estar envolvido sempre
1483 todos os poderes, inclusive, os poderes municipais, a elaboração de
1484 planos diretores, planos regionais, planos de ação, então quando o Victor
1485 cita a diferença da situação do Baixo Jequitinhonha, onde a gente já tem
1486 todos os efeitos das paralisações e abandonos de minas, e o início de uma
1487 nova frente de exploração no Alto Jequitinhonha, que é o quartzito, a gente
1488 vê que tem uma região onde ainda é possível trabalhar nesse sentido de
1489 fazer uma avaliação, uma previsão desses impactos e tentar fazer com
1490 que quem tenha o poder para isso faça o planejamento. É claro que o
1491 setor tem que ser envolvido nisso também, chamar o setor minerário para
1492 trabalhar junto desse planejamento, mas é claro que no licenciamento, se
1493 cada empreendimento isoladamente fizer todas as medidas necessárias a
1494 gente tem uma diminuição desses impactos cumulativos e sinérgicos, mas
1495 é necessário ir além do licenciamento, quando a gente fala disso, da
1496 gestão do território mesmo, da convivência da mineração com outras
1497 atividades, enfim, só complementando o Roberto.” Victor Hugo Alves
1498 Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Perfeito, Ana.
1499 Isso inclusive me faz voltar um ponto muito interessante que você coloca,
1500 porque a gente tem no Baixo Jequitinhonha uma fotografia relativamente
1501 do passado. Ainda como eu disse e o Roberto bem apresentou, nós temos
1502 várias minas abandonadas, mas também ainda há algumas minas ativas,
1503 aqui no Alto Jequitinhonha aparentemente, por enquanto, nós temos mais



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1504 minas ativas do que abandonadas, mas isso, dada as características do
1505 tipo de atividade, não quer dizer que não possa acontecer aqui o que
1506 aconteceu lá há 10 anos, então nós realmente podemos estar no ponto de
1507 situação, no ponto do momento da história, que a gente pode levar à baila
1508 uma nova forma de pensar e gerir o território. O que você falou lembra
1509 muito uma conversa que teve no Diálogos com o SISEMA, não vou
1510 lembrar qual edição, talvez a Daniele possa me lembrar, que foi a
1511 discussão sobre os impactos, avaliação de impacto ambiental,
1512 licenciamento, quando o professor Alberto Fonseca lá da UFOP trouxe
1513 justamente essa informação, o licenciamento ambiental não é a única
1514 ferramenta de gestão ambiental, não é a única ferramenta da Política
1515 Nacional de Meio Ambiente, então a gente pode avançar mais um pouco.
1516 Mas o momento não é só disso, essas coisas, então já vou trazendo mais
1517 uma nova pergunta, essa pergunta foi feita pelo Frank, Frank Alves de
1518 Carvalho, grande Frank, ele listou várias perguntas, vou falar algumas
1519 delas aqui e vocês fiquem à vontade para responder. A primeira, a
1520 pergunta é muito objetiva: como entendem a questão dos impactos sobre
1521 alteração da paisagem para esses tipos de empreendimentos, quando o
1522 local vive em parte do turismo na área ambiental. É possível a conciliação
1523 do turismo com a atividade minerária nesses locais, há alternativas?”
1524 Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Possível é, mas para poder ter
1525 essa possibilidade tem que ter um desenvolvimento muito bem
1526 estruturado, aí vem nitidamente um planejamento não só do
1527 empreendimento em si, mas também como gestão de estado, que é o que
1528 a gente estava discutindo anteriormente sobre a avaliação ambiental
1529 integrada, quais instrumentos a gente vê, porque a gente tem um foco
1530 principalmente, hoje, no lucro, desenvolvimento econômico *stricto sensu*,
1531 hoje a gente sabe que esse não é o caminho da vertente principal, a gente
1532 tem que pensar em outras discussões também, e aqui sem nenhuma
1533 apologia a ter ou não ter empreendimento, mas eu acho que a gente tem
1534 que discutir a temática com a complexidade que ela demanda para a gente
1535 conseguir preservar o que precisa ser preservado e conseguir ter o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1536 desenvolvimento em busca daquilo que a gente tanto almeja, pelo menos
1537 na teoria, que é o desenvolvimento sustentável.” Ana Carolina Andrino de
1538 Melo, DATEN/SURAM: “Sim, também penso da mesma forma que o
1539 Roberto, é uma questão de planejamento mesmo, realmente são duas
1540 atividades que a princípio parecem incompatíveis, dada toda a alteração
1541 paisagística que a mineração traz, mas o próprio Roberto trouxe na
1542 apresentação dele alguns exemplos de recuperação, e a gente pode
1543 pensar nisso no futuro, para essas áreas que já tiveram exploração
1544 intensa, e para as áreas onde a exploração está se iniciando que ela seja
1545 planejada de forma que essa incompatibilidade não seja tão acentuada.”
1546 Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM
1547 JEQ: “Perfeito, seguindo as perguntas, ainda do Frank, nosso querido
1548 amigo Frank Alisson, empreendimentos de extração de quartzito
1549 geralmente são implantados em áreas características de superfície, que ao
1550 serem explorados modificam a coloração das superfícies. Ele debate um
1551 pouco o que o Roberto disse, a respeito da China pintar muros e paredes.
1552 Aqui na nossa região ainda não tem muito dessas tecnologias a pensar,
1553 por enquanto, correto, Roberto?” Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM:
1554 “É, o que acontece? A gente observa um desenvolvimento tecnológico
1555 voltado para a recuperação dessas áreas ainda muito incipiente. Apesar
1556 de serem áreas extremamente complexas e difíceis de recuperar, estou
1557 tentando acompanhar o chat aqui em outro computador, sobre uma
1558 discussão sobre as regiões de quartzito, a gente tem muito a questão de
1559 campo rupestre, que são extremamente difíceis de recuperar, e quando a
1560 gente vai buscar desenvolvimento tecnológico para conseguir uma
1561 recuperação a contento de forma viável, prática, é muito difícil de achar,
1562 então a tecnologia tem que se desenvolver para isso também, para que a
1563 gente consiga ter essa recuperação mais efetiva, e claro, o empreendedor,
1564 como eu falei no planejamento, é uma figura muito importante, porque é
1565 ele que conhece o impacto, para vir motivando, inclusive, pesquisas em
1566 desenvolvimento, a gente precisa muito disso. Inclusive nas pesquisas, a
1567 gente sabe iniciativas da universidade de Diamantina que trazem essa



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1568 perspectiva para tentar trabalhar essas áreas diretamente impactadas
1569 severamente pelo quartzito, mas a gente sabe que ainda estamos a
1570 passos de tartaruga para conseguir uma recuperação eficiente de curto e
1571 médio prazo.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de Fiscalização,
1572 SUPRAM JEQ: “Perfeito. Ana, quer contribuir ou posso prosseguir?” Ana
1573 Carolina Andrino de Melo, DATEN/SURAM: “Pode prosseguir, Victor.”
1574 Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM
1575 JEQ: “Então beleza. O Frank ainda pergunta se vocês já tiveram
1576 conhecimento ou oportunidade de terem observado algum projeto de
1577 recuperação ambiental na área de Diamantina ou Gouveia, ou seja, aqui
1578 nessa região do Alto Jequitinhonha.” Roberto Junio Gomes,
1579 GERAM/FEAM: “Eu particularmente não. Essa área principal que eu estou
1580 trazendo para vocês é uma área que até brinco ser o meu troféu, zerei
1581 minha vida profissional conseguindo, era uma área que estava paralisada
1582 há quase 20 anos, com característica de abandono, e na discussão que a
1583 gente teve lá, ela está na entrada da cidade de Jequitinhonha, o policial
1584 que me acompanhou, o policial de meio ambiente, um parceiro fantástico à
1585 época tinha me falado que se eu conseguisse resolver aquilo ali eu era um
1586 cara forte na discussão, e a gente conseguiu recuperar essa área, então
1587 essa que eu tenho muito de referência, as demais áreas a gente precisa
1588 vencer essa discussão, que é a que eu apresentei para vocês, é: a
1589 diferença de paralisado em vias de abandono. A gente precisa trabalhar o
1590 setor para ele entender isso melhor para a gente conseguir ver esse
1591 empreendimento começando, iniciando de uma forma mais clara, para a
1592 gente conseguir sim instruir um processo de recuperação da forma a
1593 contento. O que a gente observa muito é: limpa-se a área, o que a gente já
1594 considera muito favorável e importante, tira esse rejeito, coloca ele de uma
1595 forma plausível, e a gente já tem um ambiente com um pouquinho mais de
1596 estabilidade, mesmo não sendo um processo instruído da forma correta do
1597 processo de fechamento de mina a gente observa alguns pontos nesse
1598 sentido sim, viu Victor?” Ana Carolina Andrino de Melo, DATEN/SURAM:
1599 “Sim, o que o Roberto trouxe é um exemplo de (áudio ruim) como ela é,



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1600 mas eu também concordo, se ao longo da vida útil do empreendimento,
1601 principalmente a gestão dos rejeitos e o planejamento da lavra for feito da
1602 melhor maneira técnica possível, com a preocupação de fato ambiental,
1603 esse impacto já vai sendo reduzido ao longo dessa vida útil, sem esperar o
1604 fechamento da mina, e porque enquanto a operação está ocorrendo a
1605 população está convivendo com todo aquele impacto.” Victor Hugo Alves
1606 Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Perfeito. O
1607 Frank ainda continua perguntando se vocês já têm conhecimento de uma
1608 proposta para instalação de um parque industrial de beneficiamento de
1609 rochas minerais aqui em Diamantina, e se vocês avaliam que isso pode
1610 provocar maior ampliação das minas na região, tanto as regulares quanto
1611 as irregulares.” Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Olha, conhecer eu
1612 não conheço, vamos dizer que a recuperação de áreas degradadas me
1613 consome ao extremo, não consigo ver no início, não sei se a Ana Carolina
1614 está sabendo de alguma coisa de licenciamento nesse sentido, mas se ele
1615 vai piorar ou não a forma de gestão e do acontecimento desses
1616 empreendimentos é uma grande incerteza, porque o beneficiamento de
1617 uma forma bem feita pode ser inclusive um caminho para tratativas dos
1618 rejeitos, desde que vocês descubram um novo produto a ser utilizado,
1619 então por exemplo, em cacos de rocha e diversas formas que a gente
1620 pode precisar para outros contextos, talvez ele seja interessante para esse
1621 sentido, para trazer novas tecnologias, claro que ele pode ser uma fonte
1622 de oportunidades para as pessoas irregulares, mas aí a gente tem que
1623 trabalhar com a fiscalização, com a educação ambiental que é o motivo
1624 desse seminário aqui, para que as pessoas entendam cada vez o custo
1625 que é a gente prejudicar o nosso meio ambiente.” Ana Carolina Andrino de
1626 Melo, DATEN/SURAM: “Não, eu não tenho conhecimento de alguma
1627 licença já em andamento para implantação de um parque industrial, até
1628 não sei se a diretora da SUPRAM Jequitinhonha está presente ainda,
1629 talvez ela possa comentar se ela tem conhecimento, mas de toda forma
1630 posso estar pesquisando no nosso sistema e dando essa resposta
1631 posteriormente também.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1632 Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Tranquilo. O Frank ainda continua com uma
1633 questão, achei interessante aqui também: o que poderíamos falar sobre a
1634 proposição de exigências, de destinação final adequada dos resíduos
1635 gerados tanto como estérils quanto como rejeitos junto ao licenciamento
1636 ambiental, pois geralmente o que verificamos nos processos de
1637 regularização é o empreendedor relatar a inviabilidade técnica e
1638 econômica. No caso então, o ambiente deve ser degradado para tal?” Ana
1639 Carolina Andrino de Melo, DATEN/SURAM: “Olha, vou começar dessa
1640 vez, porque fala de licenciamento mais especificamente, é como eu disse,
1641 a atividade de disposição de estéril e rejeito deve ser regularizada por
1642 meio da implantação das pilhas, que devem seguir todas as diretrizes
1643 técnicas e as exigências do licenciamento. Eu entendo que muitos
1644 empreendedores pequenos vão alegar essa inviabilidade, mas aí entra
1645 também na questão do planejamento do empreendedor, ele deve se
1646 planejar para ter recursos para arcar com todas as exigências que aquele
1647 empreendimento tem que cumprir. Eu acho que é uma questão também de
1648 educar o setor minerário para que saiba das consequências de iniciar
1649 aquela atividade, de todo investimento que vai ser necessário.” Roberto
1650 Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Só complementando a Ana Carolina, eu
1651 acho assim, independente da viabilidade inicial, é por isso que o
1652 planejamento é importante, a gente precisa ter essa consciência, igual eu
1653 falei, eu trabalho aqui no fechamento, no final das áreas, e eu posso
1654 expressar isso para todo mundo que está nos ouvindo: a dinâmica está
1655 mudando. A dinâmica está mudando. A recuperação ambiental de áreas
1656 degradadas tem tomado cada vez mais relevância, e a cobrança tem
1657 ficado cada vez mais forte. Então, hoje a gente tem uma discussão muito
1658 forte sobre outras formas de forçar o empreendedor a recuperar aquela
1659 área, e a gente sabe que ser pego desprevenido no final da vida útil não é
1660 a melhor maneira de se encerrar um empreendimento, porque você pode
1661 assumir uma dívida muito complexa, inclusive a nível judicial. Então, a
1662 gente põe essa perspectiva para o planejamento do empreendedor, e uma
1663 vez que esse impacto é gerado e a gente observa ele no final e gera toda



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1664 essa discussão, tem toda uma visualização sobre: o passivo não pode
1665 estar ali. Então o judicial entra no meio, o estado fica cobrando, se não
1666 fosse o empreendedor é sobre o superficiário, alguma lei a gente ainda vai
1667 achar, e isso é um processo que está sendo construído a partir de agora
1668 em função da relevância do tema.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor
1669 Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Perfeito. Mais uma pergunta,
1670 agora do senhor Ricardo Santana, ele pergunta diretamente para o
1671 Roberto Gomes: “dada a especificidade de rochas ornamentais, existe
1672 alguma proposta de termo de referência específico para o PRAD delas?”
1673 Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Nós normatizamos a partir da 220,
1674 nós geramos o primeiro TR, Termo de Referência para recuperação de
1675 áreas degradadas. Ele é um Termo de Referência para recuperação de
1676 áreas degradadas que não visa a tipologia específica, o que ele visa é
1677 ensinar a forma de pensar recuperação ambiental, então ele vem desde a
1678 percepção de quais são os impactos, quais são as propostas de
1679 recuperação e como você vai monitorar isso tudo diagnosticado no TR,
1680 então aquele TR é um norte para todo tipo de PRAD que a gente pode
1681 desenvolver aqui. A especificidade da característica do empreendimento,
1682 até como exemplo aqui de rochas ornamentais, a gente tem diversas
1683 formas de desenvolvimento do empreendimento em si, por isso a gente
1684 não pode ser tão direcionado. Lembrando que igual eu falei, o exemplo
1685 que eu trouxe aqui de recuperação de sucesso foi uma área que a lavra foi
1686 feita para baixo da superfície, então tinha um lugar para jogar esse rejeito
1687 de novo e reconformar a área, coisa que muita frente de lavra não permite,
1688 uma vez que você adentra ao relevo ali, gerando um paredão, então as
1689 peculiaridades da área tem que ser desenvolvida pelo empreendedor
1690 através de uma contratação de um profissional que realmente entenda
1691 meio ambiente e que saiba fazer recuperação, que isso a gente já começa
1692 a observar por aqui também, essa característica do recuperação de áreas
1693 degradadas todo mundo sabe fazer e desenvolver, e na hora que você vai
1694 pegar o produto você vê gasto de dinheiro desnecessário, projetos mal
1695 feitos e, conseqüentemente, prejuízo tanto para o órgão ambiental, que



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1696 está ali gastando tempo com análise e desenvolvimento, quanto para o
1697 empreendedor que pagou um estudo com ART de má qualidade que vai
1698 ser reprovado e refeito de novo dentro da dinâmica do fechamento de
1699 mina.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional de Fiscalização,
1700 SUPRAM JEQ: “Perfeito. Agora uma pergunta, acho que a Ana pode
1701 contribuir também bastante com isso, a senhora Janaína Mendes dos
1702 Santos, ela pergunta no próprio grupo aqui no Zoom, se vocês acreditam
1703 que haveria uma alternativa importante para os municípios que tenham
1704 essas atividades, incluam as diretrizes nos Planos Diretores municipais,
1705 tem como os municípios também participarem para ajudar na gestão do
1706 território nesse aspecto?” Ana Carolina Andrino de Melo, DATEN/SURAM:
1707 “Eu entendo que é fundamental sim o município onde principalmente a
1708 atividade ainda está começando a se desenvolver definir diretrizes para
1709 ocupação de novos projetos de parcelamento do solo quanto diretrizes
1710 para a própria atividade minerária. O complicado é que a atividade
1711 minerária tem rigidez locacional, ela vai estar onde as jazidas estão, então
1712 é necessário fazer um planejamento, acho que o município sozinho
1713 também é pouco, como eu falei, precisa de um planejamento em várias
1714 escalas, porque com base em um diagnóstico mais amplo, de onde vai
1715 estar essa atividade minerária, né. Por isso que eu falei que o setor
1716 minerário tem que ser envolvido, já vi aqui no chat algumas pessoas
1717 comentando que o setor, a responsabilidade tem que ser do estado, tem
1718 que ser do estado, mas se não envolver o setor minerário provavelmente
1719 não vai funcionar. Ele tem que ser envolvido para saber como desenvolver
1720 aquela atividade em áreas onde o município já está ocupado, onde ele
1721 pretende expandir sua ocupação, e ao mesmo tempo o município ter
1722 diretrizes para evitar a ocupação nessas áreas onde estão as principais
1723 jazidas, tem que haver um equilíbrio entre os dois interesses. Da mesma
1724 forma áreas que têm potencial turístico também é preciso envolvimento do
1725 setor minerário para chegar a algum ponto de equilíbrio, para que a
1726 alteração da paisagem não seja tão prejudicial por essa atividade.”
1727 Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Só complementando, gente, meio



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1728 ambiente é um bem difuso e cabe a todos protegê-lo, então até coloquei
1729 aqui para a pessoa que perguntou no chat sobre. A qualidade ambiental
1730 ela é sentida de fato no município, as pessoas que estão ali que sofrem
1731 com todo esse desenvolvimento, então essa participação do município é
1732 muito importante, e o que acontece? Eu sempre friso isso muito, nessa
1733 questão do bem difuso, é um dever de todos. Todos têm que trabalhar
1734 alinhado, igual, por exemplo, estados, município, enquanto agências, a
1735 gente está falando, a gente conversando com a Agência Nacional de
1736 Mineração, até mesmo dentro de SISEMA, SEMAD, FEAM, IGAM, IEF
1737 trabalhando juntos na visualização, mesmo porque a gente tem um
1738 território muito significativo para poder acompanhar e desenvolver, e ter o
1739 município como parceiro nesse sentido de vir normatizando, vir
1740 desenvolvendo seu território tendo consciência dos impactos ambientais
1741 que estão sendo ali gerados, e inclusive alimentando o processo de
1742 visualização do estado é um caminho que eu acho que tende a favorecer
1743 todo mundo em um processo de gestão.” Victor Hugo Alves Soares,
1744 Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Perfeito, muito obrigado
1745 pelas respostas, agora eu vou passar rapidamente para o Henrique
1746 Moreira, Conselheiro, ele gostaria de fazer uma manifestação por vídeo
1747 mesmo. Henrique, esteja liberado.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
1748 Silva: “Obrigado, Victor. Quero parabenizar ao Roberto e a Ana pela
1749 apresentação. Quero dizer que eu compartilho muito desse diagnóstico,
1750 esse tema o Ministério Público tem trabalhado também desde o começo de
1751 2010, 2011, e minha experiência é muito semelhante à que o Roberto
1752 relatou, principalmente na região de Mucuri, região de Franciscópolis, já
1753 mais próximo a Teófilo Otoni, Itaipé, e era isso. Muitas, lá no começo, isso
1754 há 10 anos atrás, a gente via um grande número de minas abertas
1755 aproveitando esse *boom*, essa expansão, e a quantidade de
1756 empreendimentos clandestinos, não era nem irregular, era clandestino
1757 mesmo, era muito grande. Em Franciscópolis mesmo acho que tinham
1758 mais de 17, eu tenho um levantamento feito à época, mas eram mais de
1759 17 frentes completamente irregulares, com soterramento de vegetação, e



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1760 era uma época que o estado trabalhava só com, para esses
1761 empreendimentos, com Autorização Ambiental em Funcionamento, então
1762 o estado mesmo ele teve uma visão quase que negligente para essa
1763 tipologia dentro do licenciamento. Então, era, vamos dizer, correu muito
1764 solto, isso normativamente falando, e sem contar com uma ausência de
1765 fiscalização que permitiu que essas atividades grassassem, e é o que a
1766 gente vê hoje, como o Roberto falou, essas minas abandonadas. Não é
1767 nem em estado de espera, é realmente abandonada, que é o que a gente
1768 vê muito ali principalmente do granito, mas que a gente já vê aqui em cima
1769 também com o quartzito. O Victor falou nesses últimos 5, 6 anos como foi
1770 forte a chegada dessa mineração aqui. É um setor que, como um todo,
1771 realmente precisa ser chamado para esse debate, eu até teria, até sugiro
1772 que uma das consequências desse Diálogos possa ser um evento, um
1773 seminário de boas práticas junto com o setor, que possa haver mais essa
1774 interação, para a gente poder realmente ir construindo, por quê? A imagem
1775 que foi sendo construída, principalmente pelo alto grau de clandestinidade
1776 dessas operações, a gente via ali depois de Itinga, vários caminhões
1777 transitando à noite, entrando no Espírito Santo, a região de Ataléia, então
1778 é uma atividade que espero que isso tenha diminuído, mas conviviam com
1779 um grau de conivência com essa clandestinidade muito grande, porque os
1780 blocos são retirados da jazida e são transportados, e aí vem até essa
1781 pergunta do Frank sobre o centro de beneficiamento, em tese é uma coisa
1782 boa, mas esse centro de beneficiamento já em operação lá no Espírito
1783 Santo ele, vamos dizer, desdobrou muito bloco que foi retirado
1784 clandestinamente, isso não tem a menor dúvida, então o que é essa
1785 responsabilidade mesmo, porque é claro que tem também muitas fotos
1786 aqui, o Roberto sabe disso, o que é esse passivo, o que é esse
1787 empreendimento que não tem realmente, consegue colocar um bloco
1788 desses no mercado, esquentar e até exportar ele depois, quando ele vem,
1789 como se diz, não dá nem para ter certidão de nascimento, como vai ter
1790 passaporte depois para ser exportado ou vai ser comercializado. E o grau
1791 de clandestinidade que a gente observava naquela região ele certamente



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1792 implicaria o envolvimento de uma gama de agentes maior do que só
1793 mineração, só aquele ponto da jazida. Então acho que isso é um ponto aí
1794 que tem origem em como o estado tratou via essas autorizações, meio que
1795 à margem do licenciamento, vamos dizer, um licenciamento meio que
1796 declaratório, então assim, o estado demorava muito para chegar em
1797 campo onde o negócio estava acontecendo e aí se depara muito com um
1798 estado muito ruim de disposição de rejeitos, enfim, do manejo da atividade,
1799 do manejo ambiental ali. E muitas dessas jazidas dessa época,
1800 clandestinas ou com baixa tecnificação, enfim, foram simplesmente
1801 abandonadas. Região de Pavão, isso a gente vê em muitos locais. Eu só,
1802 então, queria ressaltar, Victor, essa sugestão para a gente promover esse
1803 outro evento, que a gente possa interagir mais, porque até tenho mais
1804 dúvidas práticas com relação, por exemplo, aos possíveis aproveitamentos
1805 dos rejeitos, a gente que às vezes tem demanda por esse rejeito, e é difícil
1806 da gente conseguir o rejeito, muitas vezes porque existe uma
1807 incompatibilidade com o material que está saindo da mina, então como
1808 esse material sai, às vezes por doação, às vezes por venda, é difícil a
1809 gente querer aproveitar isso, o rejeito. Porque não tem um protocolo, como
1810 isso pode ser, vai ser doado? Às vezes é uma escala pequena, como é
1811 que atende? A questão das granulometrias, existem boas práticas que a
1812 gente pode desenvolver com o setor para facilitar realmente o
1813 aproveitamento, porque por enquanto é muito complicado. Por fim, só
1814 dando uma pincelada na questão do impacto visual que aqui na região do
1815 Alto Espinhaço, Alto do Jequitinhonha, região aqui do Planalto de
1816 Diamantina, é muito visível essa questão dos foguinhos, a gente vê às
1817 vezes as rochas, as serras todas pintadinhas, ou mesmo mineração na
1818 rocha matriz, acho que até o Espírito Santo pode já ter o peso dessa
1819 atividade de rocha ornamental é muito grande no estado, e acho que tem
1820 algumas coisas que a gente pode aproveitar, como a questão da
1821 mineração em matacões, talvez a gente possa rever essa questão da
1822 mineração em rocha matriz, é uma coisa que diminui demais o impacto
1823 visual, e principalmente aqui nas regiões que são *hotspots*, são reserva da



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1824 biosfera, os impactos paisagísticos são de maior monte. Eu agradeço a
1825 possibilidade de intervenção e agradeço também o trabalho.” Victor Hugo
1826 Alves Soares, Diretor Regional de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Perfeito,
1827 muito obrigado. Para o público externo e também para nós que estamos
1828 dentro da sala Zoom, informo que por conta do tempo a gente vai ter que
1829 encerrar. As perguntas que já foram realizadas recomendo que sejam
1830 encaminhadas por e-mail, que acredito tanto que o Roberto e a Ana
1831 Carolina estarão dispostos a responder essas questões mais objetivas por
1832 e-mail. Gostaria só de fazer um último comentário, eu vou usar esse
1833 momento para me delongar um pouquinho. Uma coisa muito importante
1834 que o Roberto comentou sobre o PAFEN, a questão do impacto sinérgico,
1835 bem como a legislação que a Ana Carolina trouxe para nós, eu acho muito
1836 importante nós notarmos isso e termos muito cuidado e atenção para
1837 nossa região. Eu falo isso pelo fato claro de que eu moro aqui em
1838 Diamantina, então estou mais próximo desse tipo de atividade, com a
1839 pandemia boa parte do nosso trabalho está cada vez mais concentrado na
1840 nossa região aqui, então pude ver com mais proximidade, e a gente
1841 consegue observar em alguns locais que são muitas empresas no mesmo
1842 local, então eventualmente quando elas encerrarem as atividades
1843 demandaria, na verdade, um PAFEN e não PRAD, porque o impacto na
1844 localidade vai ser considerável, mas não tem legislação para isso, porque
1845 é impossível uma empresa de extração de rocha ornamental chegar na
1846 obrigatoriedade de um PAFEN, porque elas sempre estarão no máximo na
1847 classe 4, de acordo com a norma isso impede, da não obrigatoriedade. Era
1848 só um comentário, caso a Ana Carolina ou o Roberto queiram comentar a
1849 respeito disso eu posso usar meu poder de moderador e dar alguns
1850 minutinhos para eles, senão eu vou passar a palavra de volta para a URC,
1851 porque a Eliana está ansiosíssima para voltar a pautar os processos.”
1852 Roberto Junio Gomes, GERAM/FEAM: “Só complementando essa
1853 perspectiva, apesar deles não estarem incluídos em PAFEN, que é o
1854 Plano Ambiental de Fechamento de Mina, a gente vai continuar cobrando
1855 PRAD do ponto de vista da recuperação ambiental da área, a gente vai



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1856 sempre lograr para que seja melhor possível desenvolvida e que essa área
1857 consiga ser devolvida ao contexto ambiental ao qual ela está inserida, com
1858 a qualidade ambiental que todo mundo deseja, e agradecer, é claro,
1859 obrigado pela participação.” Ana Carolina Andrino de Melo,
1860 DATEN/SURAM: “Obrigada também, Victor, Eliana, boa reunião para
1861 vocês, estamos à disposição.” Victor Hugo Alves Soares, Diretor Regional
1862 de Fiscalização, SUPRAM JEQ: “Então pessoal, encerrando essa edição
1863 do Diálogos com o SISEMA, agradecemos a presença e a participação de
1864 todos, foi muito frutífero, e esperamos que com isso temos boas linhas
1865 para caminhar na nossa região do Vale do Jequitinhonha em busca de um
1866 desenvolvimento sustentável para nós. Com a palavra, Eliana.” Presidente
1867 Eliana Piedade Alves Machado: “Victor, você usou bem seu poder de
1868 moderador. Gente, quero agradecer à equipe novamente da SUGA, os
1869 palestrantes Roberto, Ana Carolina, pela clareza, enriquecida
1870 principalmente pela vivência. Oxalá, Roberto, a gente consiga fechar essa
1871 cadeia, chegar a finalização com a recuperação dessas áreas, por
1872 enquanto ainda é um desafio grande, mas vamos chegar lá, tem início,
1873 meio e fim. Inclusive, acho que foi a Conselheira Janaína que comentou
1874 sobre a participação dos municípios, entendo também que é muito
1875 relevante para que os municípios monitorem, cobrem essas atividades no
1876 município, ajudaria muito também, seria um reforço a mais para esse
1877 controle ambiental nesses empreendimentos, principalmente essa questão
1878 da disposição de resíduos. Muito obrigada, até o próximo. Um assunto de
1879 fato muito relevante aqui para nossa região, uma pena que o tempo é
1880 escasso para as duas atividades, mas valeu muito a pena, foi bastante
1881 enriquecedor, obrigado à equipe organizadora do Diálogos com o SISEMA.
1882 Conselheiros, vamos dar sequência então aqui à nossa reunião. Só
1883 registrando que a gente teve a entrada dos Conselheiros José Nelson,
1884 pelo Cáritas, Flávio pela FEDERAMINAS, Leonardo pela Secretaria de
1885 Estado e Educação, Conselheira Ellen pela SEINFRA, boa tarde
1886 Conselheiros, sejam bem-vindos.” **6. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
1887 **PARA EXAME DE RECURSOS CONTRA O ARQUIVAMENTO DA**



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1888 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE**
1889 **INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO.** Presidente Eliana Piedade
1890 Alves Machado: “Seguindo o nosso item 6 da pauta, eu vou fazer a leitura
1891 dos três empreendimentos, os três itens de pauta, esse é o momento,
1892 relembrando, esse é o momento em que os Conselheiros, logo após a
1893 leitura, que os Conselheiros façam as suas manifestações de interesse,
1894 seja pelo pedido de vista, seja de algum destaque, alguma consideração
1895 que queiram fazer em relação a estes processos. Não havendo destaque
1896 nenhum, nem pedido de vistas, a gente já segue para votação. Uma vez
1897 colocado em votação não se discute mais nenhum dos itens, entendido,
1898 Conselheiros? Então vou fazer a leitura para as manifestações de
1899 interesse dos senhores para os destaques. Item **6**, Processos
1900 Administrativos para exame de Recursos contra o Arquivamento da
1901 Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de
1902 Operação. **6.1** Gransena Exportação e Comércio Ltda. - Lavra a céu
1903 aberto com ou sem tratamento; rochas ornamentais e de revestimento;
1904 pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento - Ponto
1905 dos Volantes/MG - PA/Nº 12816/2011/003/2017 - ANM nº 832.626/2006 -
1906 Classe 4. Algum destaque?” Vânia Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Eliana, só
1907 para registrar também a presença do Conselheiro Ronaldo da PUC, está
1908 bom? Que está presente também na sala, ele até levantou a mão aí
1909 agora.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Eu vi agora, boa tarde,
1910 Conselheiro Ronaldo, seja bem-vindo. Você acionou a mãozinha, foi só
1911 para se apresentar ou algum destaque?” Conselheiro Ronaldo Rajão
1912 Santiago: “Não, foi só para registrar presença nesse momento.” Presidente
1913 Eliana Piedade Alves Machado: “Ok, obrigada, então sem destaque para
1914 esse item 6.1. **6.2** Gransena Exportação e Comércio Ltda. - Lavra a céu
1915 aberto; rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril de
1916 rochas ornamentais e de revestimento - Cachoeira de Pajeú/MG - PA/Nº
1917 09110/2010/003/2018 - ANM nº 832.545/1987 - Classe 4. Algum
1918 destaque? Nenhum destaque. E o item **6.3** Toledo Mineração Ltda. - Lavra
1919 a céu aberto; rochas ornamentais e de revestimento; pilha de rejeito/estéril



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1920 de rochas ornamentais e de revestimento - Diamantina/MG - PA/Nº
1921 29554/2015/002/2019 - ANM nº 831.760/2014 - Classe 4. Algum
1922 destaque? Também nenhum destaque, também não tivemos destaque por
1923 parte do empreendedor, mas tivemos uma inscrita que pediu destaque
1924 para todos os itens, e eu consulto agora se Maria Aparecida Corrêa está
1925 presente. Ela fez inscrição, mas não entrou na sala. Não havendo
1926 destaque, nós vamos colocar a votação em bloco para estes três itens.
1927 Lembrando que a votação é individualizada, e os senhores vão votar
1928 conforme o parecer da SUPRAM, da equipe analista. Para todos os
1929 empreendimentos, o parecer foi pelo indeferimento dos recursos tendo em
1930 vista o não cumprimento das informações complementares para subsidiar
1931 as análises dos processos. Da mesma forma, nós vamos seguir a relação
1932 nominal, começando pela SEAPA, Wagner, por favor.” Conselheiro
1933 Wagner Vicente Rodrigues Almeida: “Nós vamos votar em bloco então,
1934 Eliana?” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Em bloco. Abaixa,
1935 por favor, para os Conselheiros visualizarem, mas em cima estão os três
1936 itens, 6.1, 6.2 e 6.3, ok?” Conselheiro Wagner Vicente Rodrigues Almeida:
1937 “Certinho. Nos três a SEAPA, nós votamos acompanhando o parecer da
1938 SUPRAM. Favorável ao parecer da SUPRAM.” Presidente Eliana Piedade
1939 Alves Machado: “Ok. Janaína.” Conselheira Janaína Mendes dos Santos:
1940 “Favorável ao parecer da SUPRAM para os três processos.” Presidente
1941 Eliana Piedade Alves Machado: “Leonardo.” Conselheiro Leonardo
1942 Aparecida Soares: “Boa tarde, Eliana. Boa tarde a todos. A Secretaria de
1943 Estado da Educação é favorável ao parecer da SUPRAM.” Presidente
1944 Eliana Piedade Alves Machado: “Ellen.” Conselheiro Felipe Mol Pessoa de
1945 Carvalho: “Senhora Presidente, a Ellen votou pelo chat.” Presidente Eliana
1946 Piedade Alves Machado: “Ok. SEINFRA favorável. Thiago da EPAMIG
1947 está ausente, precisou se deslocar. IMA.” Conselheiro Dalmo Gonçalves
1948 Costa: “Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos Conselheiros, a gente
1949 vota favorável.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Tenente
1950 Celso.” Conselheiro 1º Ten. Celso da Conceição Silva Júnior: “Nosso voto
1951 também é favorável ao parecer da SUPRAM.” Presidente Eliana Piedade



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1952 Alves Machado: “Ok, obrigada. Henrique.” Conselheiro Henrique Moreira
1953 de Melo Silva: “Favorável ao parecer.” Conselheiro Jairo Rodrigues da
1954 Silva: “Pulou o Jairo, Presidente.” Presidente Eliana Piedade Alves
1955 Machado: “CRBio está ausente, não?” Conselheiro Jairo Rodrigues da
1956 Silva: “Não, estou presente. Sem problemas. CRBio favorável ao parecer

1957 da SUPRAM.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Obrigada,

1958 Conselheiro. O Henrique já votou, ok. Carla.” Conselheira Carla Fernanda
1959 de Araújo: “Favorável ao parecer da SUPRAM.” Conselheiro Felipe Mol
1960 Pessoa de Carvalho: “Eu me abstenho por não estar convencido da

1961 legalidade e necessidade dos arquivamentos.” Presidente Eliana Piedade
1962 Alves Machado: “Justificada a abstenção da FIEMG. FAEMG?”
1963 Conselheiro Roberto de Castro Teixeira: “Favorável.” Presidente Eliana
1964 Piedade Alves Machado: “Ok, Conselheiro. FEDERAMINAS?” Conselheiro
1965 Flávio José Fernandes Pires: “Nós vamos nos abster no momento”
1966 Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Justificativa, Conselheiro.”
1967 Conselheiro Flávio José Fernandes Pires: “Na verdade, eu substituindo o

1968 Conselheiro Ricardo, eu não tenho no momento essa condição de votar

1969 favorável ou contrário.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
1970 “Sindicato dos Produtores Rurais? Acho que ele entrou, mas ele saiu,

1971 acredito que ele não esteja presente, o Idalmo. Teve um momento que ele

1972 entrou, mas acredito que ele saiu novamente. Ausente. Cáritas, José

1973 Nelson.” Conselheiro José Nelson Pereira dos Santos: “Boa tarde a todos.

1974 Favorável, Eliana.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Obrigada.

1975 Felipe está ausente, justificou aqui para a gente. João Otávio? João Otávio

1976 está presente, ARPA? Bom, pelo chat não. João Otávio, você está

1977 presente? Ele está na sala, mas enquanto ele não se manifesta, vamos

1978 passar, Instituto Federal ausente, a PUC chegou.” Conselheiro Ronaldo
1979 Rajão Santiago: “Favorável aos pareceres.” Presidente Eliana Piedade
1980 Alves Machado: “Favorável. E OAB também está ausente. João Otávio?

1981 Vânia? Assessora. Finalizamos sem o voto do João? Ele entra como

1982 ausente? Pessoal, pode colocar o João Otávio como ausente,

1983 considerando que no momento da votação ele não está presente, não se



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 116ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de julho de 2021

1984 manifestou, ok? Então com 12 votos favoráveis, 2 abstenções justificadas
1985 e 6 ausências, aprovado então os três itens pelo indeferimento do
1986 recurso.” **7. ENCERRAMENTO** Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
1987 “Obrigada. Bom, Conselheiros, é isso então. Encerramos, olha só, a gente
1988 teve o Diálogos com o SISEMA sobre rochas ornamentais e os três
1989 empreendimentos de rochas ornamentais, para ilustrar. E também
1990 ressaltar mais uma vez a relevância da atividade para a região. Agradeço
1991 a participação de todos, até a próxima, muito provavelmente teremos uma
1992 extraordinária na última semana de julho, com relação a processos de
1993 intervenção ambiental. Obrigada a todos, tenham um bom final de tarde.”

**** * * * * *

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Valéria Cristina Rezende

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e
Presidente da URC Jequitinhonha